

Dexxos *Par*

**DEXXOS PARTICIPAÇÕES
COMPANHIA ABERTA**
CNPJ/MF N.º 02.193.750/0001-52
NIRE 33 3 0016624-66

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO /
MANUAL DO ACIONISTA**
datado de 28 de março de 2025

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 15:00 horas**

Índice

1.	IDENTIFICAÇÃO, SEDE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
2.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	4
3.	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA.....	6
4.	LOCAL DA ASSEMBLEIA.....	11
5.	ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....	12
6.	ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	14
7.	PERGUNTAS E RESPOSTAS	14
	ANEXO A	16
	ANEXO B.....	17
	ANEXO C	23
	ANEXO D	54

1. Identificação, Sede e Diretor de Relações com Investidores

Identificação: Dextos Participações S.A. é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.193.750/0001-52, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.3.0016624-6 e registrada como Companhia Aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM") sob o n.º 16632 ("Companhia").

Sede: Localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, n.º 70, 5º andar (parte), Centro, CEP 20021-290.

Diretor de Relações com Investidores: A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia está localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, n.º 70, 5º andar (parte), Centro, CEP 20021-290. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. George Abi-Rihan Cordeiro, que pode ser contatado por meio do telefone +55 (21) 2212-4757 ou do e-mail: dri@dextos.com.br.

* * *

2. Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") realizada em 20 de março de 2025, ficaram os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, excepcionalmente fora da sede da Companhia, no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, n.º 392 – 3º andar, Sala Pancetti, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-000, em atenção ao Artigo 124, §2º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.404/76"), às 15 horas do dia 28 de abril de 2025 ("Assembleia"), a fim de:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (iii) Deliberar sobre a verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2025.

Os documentos e informações referidos no Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM n.º 80/22") e na Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM n.º 81/22"), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ ; e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br).

Conforme previsto nos Artigos 26 e seguintes da Resolução CVM n.º 81/22, os acionistas da Companhia poderão exercer o voto na Assembleia por meio de voto a distância, a ser formalizado em documento eletrônico próprio denominado "boletim de voto a distância", cujo modelo foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br), no site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>), e no site Itaú Assembleia Digital (<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>)

Os acionistas deverão apresentar à Companhia, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da Assembleia, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, mandato com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

A administração da Companhia esclarece que, nos casos em que apenas os titulares de ações ordinárias possam votar, a opção pela votação presencial (com possibilidade de envio de boletim de voto a distância) é mais conveniente, uma vez que gera menos custos de realização para a Companhia e dado que

historicamente seus acionistas ordinaristas já apresentam um alto grau de participação nas Assembleias Gerais, não havendo a necessidade de alternativas custosas para incentivar o comparecimento.

Por fim, em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70/2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital necessário à requisição de instalação do Conselho Fiscal da adoção do voto múltiplo é de 2% (dois por cento) para as ações ordinárias e de 1% (um por cento) para as ações preferenciais.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES
Presidente do Conselho de Administração

* * *

3. Participação na Assembleia

3.1. Participação Presencial

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia comparecendo no local de sua realização, indicado no Edital de Convocação publicado pela Companhia, e declarando seu voto e as matérias a serem votadas.

De acordo com o disposto no Artigo 126 da Lei n.º 6.404/76, os acionistas deverão comparecer à Assembleia apresentando, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade, comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia, com o número de ações da Companhia de sua titularidade.

Os acionistas pessoas jurídicas deverão ser representados em conformidade com seu Estatuto Social, Contrato Social ou Regulamento, entregando os documentos comprobatórios da regularidade da representação, acompanhados de ata de eleição dos administradores em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da realização da Assembleia.

Antes de se instalar a Assembleia, os acionistas assinarão o Livro de Presença.

3.2. Participação por Procuradores

Os acionistas poderão ser representados por procurador, conforme estabelecido no Artigo 126, §1º da Lei n.º 6.404/76, apresentando, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante.

Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seu Estatuto Social, Contrato Social ou Regulamento, conforme o caso.

A regularidade da procuração será examinada antes do início da Assembleia, bem como a titularidade das ações.

O instrumento de mandato deverá ser depositado, de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ, em até 2 (dois) dias antes da data prevista para a realização da Assembleia.

Cópia da documentação poderá ainda ser encaminhada para o e-mail: dri@dexxos.com.br.

3.3. Participação por Voto a Distância

A Companhia adotará para esta Assembleia o sistema de votação à distância estabelecido pelo Artigo 26 da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 ("[RCVM 81/22](#)"). Assim, a Companhia informa que os acionistas titulares de ações ordinárias (DEXP3) com posição mantida até a data da Assembleia terão direito de votar em todas as matérias constantes do boletim de voto a distância, conforme [Anexo A](#) ao presente documento ("[Boletim](#)").

O acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas, observados os detalhes descritos nos itens 3.3.1, 3.3.2 e 3.3.3 a seguir:

- (i) envio ao escriturador: os acionistas com posição acionária em livro escritural poderão exercer voto à distância por intermédio do Agente Escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador"), transmitindo a instrução de preenchimento do Boletim ao Agente Escriturador. As instruções de voto deverão ser feitas por meio do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site, será necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritieservices/artigo/home/assembleia-digital>;
- (ii) envio ao custodiante: o acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao seu Agente de Custódia, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante. Aos acionistas titulares de ações custodiadas em mais de uma instituição, informamos que bastará enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, uma vez que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista; ou
- (iii) envio diretamente à Companhia: o acionista deverá enviar o Boletim à sede da Companhia, acompanhado dos documentos exigidos pela Companhia, conforme detalhado neste Manual.

Em até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia, a Companhia realizará o cadastro da Assembleia no sistema do Depositário Central, que enviará o Boletim para o Agente Escriturador.

Em até 3 (três) dias antes da realização da Assembleia, o Custodiante enviará os votos para o Depositário Central da B3 contendo as instruções de voto dos acionistas.

Em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, o Depositário Central da B3 compilará os votos recebidos, realizando as conciliações necessárias e rejeitando as instruções de voto conflitantes, e enviará à Companhia o mapa analítico e o mapa sintético das instruções de voto compiladas.

Em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, o Escriturador compilará os votos recebidos, realizando as conciliações necessárias e rejeitando as instruções de voto conflitantes, e enviará à Companhia o mapa analítico e sintético das instruções de voto compiladas.

Em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia, a Companhia gerará novo mapa de votos contendo os votos recebidos (i) pela Companhia e enviados diretamente pelos acionistas; (ii) pelo Agente Escriturador; e (iii) pelo Depositário Central da B3. Caso algum acionista tenha alterado sua posição, a quantidade de ações será atualizada.

3.3.1. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao Agente Escriturador

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Agente Escriturador e não se aplica aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3 e/ou junto a qualquer outro agente de custódia, os quais deverão observar o disposto no item 3.3.2 a seguir.

O acionista com posição acionária em livro escritural deverá exercer seu voto transmitindo a instrução de voto ao Agente Escriturador através do site Itaú Assembleia Digital, observadas as regras por ele

determinadas. Para votar pelo site, será necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site:

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

Nos termos do artigo 27 da RCVM 81/22, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao Agente Escriurador até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2025 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido pelo Agente Escriurador.

Em caso de dúvidas, os acionistas deverão entrar em contato com o Agente Escriurador e verificar os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por ele exigidos para o exercício de tal faculdade. Os dados do Agente Escriurador seguem abaixo:

Telefone para contato: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) / 0800 7209285 (demais localidades).

Horário de atendimento: Dias úteis, das 9:00 horas às 18:00 horas.

E-mail: atendimentoescriuracao@itau-unibanco.com.br

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo Agente Escriurador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou no CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do Agente Escriurador prevalecerá, devendo o Boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado, nos termos do Artigo 48, §2º da RCVM 81/22.

3.3.2. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas no Depositário Central – *i.e.* junto à B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos seus respectivos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto aos Agentes de Custódia que mantêm suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto ao Depositário Central da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim é facultativa para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu Agente de Custódia está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por ele exigidos.

Nos termos do Artigo 27 da RCVM 81/22, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus Agentes de Custódia até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 24 de abril de 2025 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia ressalta que, conforme determinado pelo Artigo 44 da RCVM 81/22, o Depositário Central da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos Agentes de Custódia,

desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o Agente Escriturador, também em linha com a RCV 81/22, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

A Companhia informa que, caso seu respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim e documentos aplicáveis diretamente à própria Companhia, conforme o item 3.3.3 a seguir.

3.3.3. Mediante encaminhamento de sua orientação de voto diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos, de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ:

- (i) 1 (uma) via física do Anexo A ao presente documento devidamente preenchida, rubricada e assinada; e
- (ii) cópia autenticada dos documentos descritos no quadro abaixo, conforme o caso.

Documentos a serem apresentados	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ¹	X	X	X
Contrato Social, Estatuto Social ou Regulamento consolidado e atualizado	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação ²	-	X	X

As firmas apostas no Boletim deverão ser reconhecidas por autenticidade ou semelhança, observado que, com relação a documentos de procedência estrangeira, deverão ter as assinaturas notarizadas e ser legalizados junto ao Consulado brasileiro competente (ou submetidas a apostilamento, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável). Os Boletins deverão ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes para representação, observado o disposto no item (ii) acima.

O acionista poderá, também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos acima referidos para o e-mail: dri@dexxos.com.br.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba, até o dia 24 de abril de 2025 (inclusive), de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, a via original do Boletim e cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista.

¹ Documento de identidade aceitos: Carteira de Identidade de Registro Geral (RG), Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

² Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia avisará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

O Boletim recebido pela Companhia que não esteja integral e regularmente preenchido e/ou não esteja acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos será desconsiderado.

A informação sobre eventual desconsideração do Boletim e documentos pertinentes será enviada pela Companhia por meio do endereço eletrônico fornecido pelo acionista no Boletim, juntamente com as orientações necessárias à sua retificação. De qualquer modo, o Boletim eventualmente retificado pelo acionista, bem como a documentação pertinente, também deverão ser recebidos pela Companhia até o dia 24 de abril de 2025 (inclusive).

Durante o prazo de votação até o dia 24 de abril de 2025 (inclusive), o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, se adotado esse procedimento desde o início, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada à Companhia diretamente pelo acionista.

Ademais, informa a Companhia que, encerrado o prazo de votação à distância, ou seja, a partir de 24 de abril de 2025 (inclusive), o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo se presente na Assembleia ou representado por procuração, mediante solicitação, por escrito, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

3.5. Informações Gerais

A Companhia informa, ainda, que:

- (i) não serão computados os votos dos Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia ou na respectiva deliberação;
- (ii) serão computados os votos das ações de titularidade de cada acionista ou daquele que detenha direitos de voto em relação à respectiva ação na data de realização da Assembleia Geral Extraordinária, independentemente da data de envio do respectivo Boletim, sendo que, caso o acionista aliene quaisquer ações ou direitos de voto relativos às suas ações entre a data de envio do respectivo Boletim e a data de realização da Assembleia, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados;
- (iii) a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo Agente Escriturador, na data da Assembleia; e
- (iv) conforme previsto no Artigo 49 da RCMV 81/22, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia ou caso seja necessária sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em posteriores convocações não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

* * *

4. Local da Assembleia

Em geral, as assembleias gerais da Companhia são realizadas no edifício no qual a Companhia tem sua sede. Admite-se a realização de assembleia geral fora da sede em situações excepcionais de força maior e caso fortuito, mas ainda assim, a assembleia deverá ocorrer na localidade da sede da Companhia, conforme determina o Artigo 124, §2º da Lei n.º 6.404/76.

Assim, em atenção ao disposto no Artigo 124, §2º da Lei n.º 6.404/76, a Assembleia será excepcionalmente realizada no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, n.º 392 – 3º andar, Sala Pancetti, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-000.

* * *

5. Assembleia Geral Ordinária

5.1. Relatório da Administração e Destinação de Resultados

5.1.1. Informações Gerais

O Relatório da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de março de 2025, e, conforme Aviso aos Acionistas publicado pela Companhia em 20 de março de 2025, está à disposição dos acionistas (i) de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ; e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br), em cumprimento ao Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76.

Em atendimento ao disposto no Artigo 10º, parágrafo único, II da Resolução CVM n.º 81/22, a Administração da Companhia informa que a Companhia apurou lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$146.054.886,06 (cento e quarenta e seis milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e seis centavos), já incluído o Ajuste de Avaliação Patrimonial, tal como consta das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício.

Nos termos da Lei n.º 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a aprovação da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme segue:

- (i) Reserva Legal: R\$7.302.744,30 (sete milhões, trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos) à reserva legal;
- (ii) Dividendos: R\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais) à distribuição aos acionistas da Companhia como dividendo, dos quais (a) R\$34.688.035,44 (trinta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) serão distribuídos aos acionistas da Companhia como dividendo mínimo obrigatório, dos quais o valor total de R\$17.000.091,43 (dezessete milhões e noventa e um reais e quarenta e três centavos), já foram pagos antecipadamente pela Companhia; e (b) R\$22.311.964,56 (vinte e dois milhões, trezentos e onze mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) serão distribuídos aos acionistas da Companhia como dividendo adicional, sendo certo que (1) cada ação ordinária receberá o valor de R\$0,5252867806, observado que os valores por ação ordinária poderão ser atualizados/ajustados em caso de aquisição de novas ações pela Companhia, no âmbito do seu programa de recompra de ações aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2024; e (2) cada ação preferencial receberá o valor de R\$0,5363458586, descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia, observado que já foram pagos antecipadamente R\$0,1428280000 por ação ordinária e R\$0,4146960000 por ação preferencial, restando a pagar R\$0,3824587806 por ação ordinária e R\$0,1216498586 por ação preferencial; e
- (iii) Reserva de Investimento: R\$81.752.141,76 (oitenta e um milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) à reserva de investimento estabelecida no Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

Maiores informações acerca da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 estão à disposição dos acionistas da Companhia no Anexo B deste Manual, elaborado na forma do Anexo A da Resolução CVM n.º 81/22.

5.1.2. Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas, por unanimidade, pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de março de 2025, estão à disposição dos acionistas (i) eletronicamente, desde 20 de março de 2025, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br); e (ii) conforme Aviso aos Acionistas publicado pela Companhia em 20 de março de 2025, de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ.

5.1.3. Parecer dos Auditores Independentes

O parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi submetido à Diretoria e examinado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de março de 2025, está à disposição dos acionistas (i) eletronicamente, desde 24 de março de 2025, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br); e (ii) conforme Aviso aos Acionistas publicado pela Companhia em 25 de março de 2025, de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ.

Os Auditores Independentes da Companhia analisaram e revisaram as contas e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, emitindo seu relatório com parecer favorável, sem abstenções ou ressalvas.

5.1.4. Parecer do Conselho Fiscal

O parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido na reunião realizada em 20 de março de 2025 e encaminhado à CVM, está à disposição dos acionistas (i) eletronicamente, desde 24 de março de 2025, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br); e (ii) conforme Aviso aos Acionistas publicado pela Companhia em 25 de março de 2025, de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede social da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ.

O Conselho Fiscal da Companhia analisou e revisou as contas e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, emitindo seu parecer favorável.

5.1.5. Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia presta as informações exigidas no item 2 do Formulário de Referência (Anexo C da Resolução CVM n.º 80/22) no Anexo C a este Manual.

* * *

6. Assembleia Geral Extraordinária

6.1. Proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2025

A verba global anual da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2025, no montante de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais), foi proposta pela Administração da Companhia com base nas remunerações previstas para o exercício de 2024, que estão em consonância com as atuais práticas do mercado.

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado no exercício de 2025, não está compreendida no montante acima.

A Companhia aproveita para prestar as informações exigidas no item 8 do Formulário de Referência (Anexo C da Resolução CVM n.º 80/22) no Anexo D a este Manual.

7. Perguntas e Respostas

Quais são os documentos que a Administração da Companhia deve colocar à disposição e apresentar?

Os documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 que devem ser postos à disposição e apresentados pela administração da Companhia são os seguintes:

- Relatório da Administração;
- Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes;
- Parecer do Conselho Fiscal; e
- Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, conforme a Resolução CVM n.º 81/22.

Como posso ter acesso a tais documentos?

Os documentos da administração acima relacionados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme Aviso aos Acionistas publicado pela Companhia em 25 de março de 2025, estão à disposição dos acionistas: de forma extraordinária em função da alteração da sede social da Companhia, na sede da GPC Química S.A., controlada da Companhia, localizada na Rua do Passeio n.º 62 - 7º andar, Rio de Janeiro/RJ, eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dexxos.com.br).

Como são tomadas as contas dos administradores?

As contas dos administradores são apresentadas por meio do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, elaboradas pela Diretoria da Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, e, com a opinião do Conselho Fiscal, posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária.

As Demonstrações Financeiras foram objeto de auditoria por Auditores Independentes?

Sim. As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas e obtiveram parecer favorável sem ressalvas dos Auditores Independentes da Companhia, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes.

Qual é a data-base das Demonstrações Financeiras a serem analisadas?

As Demonstrações Financeiras referem-se ao exercício social encerrado em dia 31 de dezembro de 2024.

Qual foi o Lucro Líquido auferido pela Companhia no exercício?

A Companhia apurou lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$146.054.886,06 (cento e quarenta e seis milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e seis centavos), já incluído o Ajuste de Avaliação Patrimonial, tal como consta das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício.

Caso venha a ser instalado, quantos membros poderão compor o Conselho Fiscal da Companhia?

O Conselho Fiscal pode ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, em quantidade a ser definida na Assembleia Geral.

Como serão eleitos os membros do Conselho Fiscal da Companhia?

A eleição dos membros do Conselho Fiscal, caso este seja instalado, obedecerá ao disposto no Artigo 161 e seguintes, da Lei n.º 6.404/76, às disposições estatutárias e às demais normas aplicáveis.

Como indicar candidato para compor o Conselho Fiscal?

A Companhia recomenda que o acionista ou o grupo de acionistas que deseje indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareça à Assembleia, pessoalmente ou através de procurador, ou, ainda, por meio de preenchimento do Boletim de Voto à Distância, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição.

Qual é a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia?

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada na Assembleia e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) do que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, conforme dispõe o Artigo 162, §3º da Lei n.º 6.404/76.

* * *

Anexo A

BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A. DE 28 DE ABRIL DE 2025**

Anexo B

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Anexo A da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

R\$ 146.054.886,06 (cento e quarenta e seis milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e seis centavos), incluído o Ajuste de Avaliação Patrimonial.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais), à distribuição aos acionistas da Companhia como dividendo, dos quais (a) R\$ 34.688.035,44 (trinta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), serão distribuídos aos acionistas da Companhia como dividendo mínimo obrigatório, observado que R\$ 17.000.091,43 (dezessete milhões, noventa e um reais e quarenta e três centavos), foram pagos antecipadamente; e (b) R\$ 22.311.964,56 (vinte e dois milhões, trezentos e onze mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), serão distribuídos aos acionistas da Companhia como dividendo adicional, sendo certo que (1) cada ação ordinária receberá o valor de R\$ 0,5252867806, observado que os valores por ação ordinária poderão ser atualizados/ajustados em caso de aquisição de novas ações pela Companhia, no âmbito do seu programa de recompra de ações aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2024; e (2) cada ação preferencial receberá o valor de R\$ 0,5363458586, descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia, observado que já foram pagos antecipadamente R\$ 0,1428280000 por ação ordinária e R\$ 0,4146960000 por ação preferencial, restando a pagar R\$ 0,3824587806 por ação ordinária e R\$ 0,1216498586 por ação preferencial.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

39,03%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Exercício de 2024: R\$ 146.054.886,06 (cento e quarenta e seis milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e seis centavos), sendo R\$ 0,5252867806 por ação ordinária e R\$ 0,5363458586 por ação preferencial (descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia).

Exercício de 2023: R\$ 183.494.667,61 (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos), sendo R\$ 0,5108817587 por ação ordinária e R\$ 0,53989727157 por ação preferencial (descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia).

Exercício de 2022: R\$25.162.623,10 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e três reais e dez centavos), sendo R\$ 0,26841787967 por ação ordinária e R\$ 0,27318705176 por ação preferencial (descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia).

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Ações Ordinárias (descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia) – R\$ 0,3824587806, observado que os valores por ação ordinária poderão ser atualizados/ajustados em caso de aquisição de novas ações pela Companhia, no âmbito do seu programa de recompra de ações aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2024.

Ações Preferenciais (descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia) – R\$ 0,1216498586

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Conforme Estatuto Social e legislação vigente.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Data da Assembleia (28 de abril de 2025).

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos:

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Ano	Valor por ação do Lucro Líquido	Valor por ação dos dividendos		Valor por ação dos JSCP		Remuneração Total Distribuída	
		Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
2024	1,3361	0,5252867806	0,5363458586	-	-	0,5252867806	0,5363458586
2023	1,9518	0,51088171587	0,53989727157	-	-	0,51088171587	0,53989727157
2022	1,7002	0,26841787967	0,27318705176	-	-	0,26841787967	0,27318705176

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 7.302.744,30 (sete milhões, trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos) à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Destina-se à reserva legal o montante de 5% do lucro líquido do exercício, já incluído o Ajuste de Avaliação Patrimonial, limitado a 20% do capital social

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

O dividendo mínimo corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do Artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, será imputado ao dividendo mínimo.

Nos termos do Artigo 17, I da Lei n.º 6.404/76, as ações preferenciais terão prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, em montante equivalente a 10,92% (dez vírgula noventa e dois por cento) sobre a parcela do capital social da Companhia correspondente às ações preferenciais (i.e., dividindo-se o capital social da Companhia pelo número de ações preferenciais). Ademais, nos termos do Artigo 17, §1º, II da Lei n.º 6.404/76, as ações preferenciais receberão dividendo 10% (dez por cento) maior do que os dividendos pagos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Não.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

R\$ 2.243.723,49 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos) correspondente ao pagamento do dividendo mínimo. As ações preferenciais da Companhia não são divididas em classes.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

R\$ 0,414696 por ação preferencial (descontadas as ações mantidas em tesouraria pela Companhia). As ações preferenciais da Companhia não são divididas em classes.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido:

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção:

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos:

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva:

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa:

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável:

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva:

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Artigo 27 – Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

Artigo 29 – À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.

b. Identificar o montante destinado à reserva:

R\$ 81.752.141,76 (oitenta e um milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) à Reserva de Investimentos.

c. Descrever como o montante foi calculado:

55,97% do lucro líquido, após as retenções e descontos estabelecidas em lei e Estatuto Social.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção:

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital:

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva:

Neste ano de 2024 não houve destinações à reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação:

Não aplicável.

* * *

Anexo C

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

(ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM N.º 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022)

2.1 - Comentários dos diretores sobre condições financeiras e patrimoniais

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2024, 31/12/2023 e 31/12/2022. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma.

A Companhia mantém seus livros e registros contábeis em Reais, a moeda funcional de suas operações no Brasil e de apresentação de suas demonstrações financeiras.

A discussão e análise sobre a situação financeira da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023, 2022 e respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou “IASB”. Essas demonstrações financeiras foram auditadas por PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia vem apresentando consistência de resultados positivos, proporcionando sólida recuperação de suas condições financeiras, conforme pode ser observado através dos indicadores abaixo, referente aos exercícios findos em 31/12/2024, 31/12/2023 e 31/12/2022.

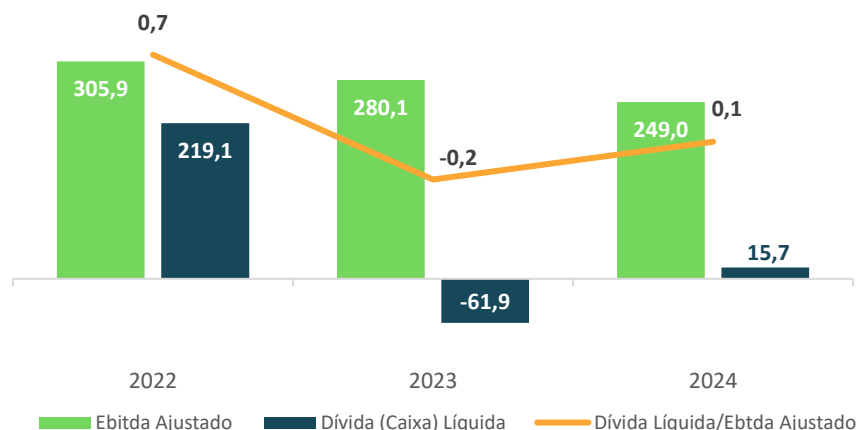
Indicadores (R\$ milhões)	2022	2023	2024
EBITDA Ajustado ¹	305,9	280,1	249,0
Patrimônio Líquido	688,0	858,9	951,2
Dívida (Caixa) Líquida ²	219,1	-61,9	15,7
Dívida Líquida ² / EBITDA Ajustado ¹	0,7	-0,2	0,1
Dívida Líquida ² / Patrimônio Líquido	0,3	-0,1	0,0

¹ EBITDA Ajustado para valores não recorrentes vide item 2.5

² Endividamento bancário e de impostos parcelados, excluídos passivos de arrendamento, líquido de caixa

Conforme demonstrado em tabela acima e gráficos abaixo, a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado da Companhia foi de 0,7x em 2022 para -0,2 x em 2023 e aumentou para 0,1x em 2024, considerando o cenário de Dívida Líquida em 2024, em que o Dívida consolidada foi superior ao Caixa da Companhia. Nos últimos anos a Companhia manteve a trajetória de melhoria de seus resultados e equilíbrio financeiro.

O Ebitda Ajustado da Companhia atingiu R\$ 249,0 milhões em 2024, registrando uma redução de 11,1% em relação ao ano de 2023. Nos últimos anos a métrica de dívida líquida se destacou, registrando uma redução de R\$ 203,4 milhões entre os anos de 2024 e 2022, reforçando a posição de liquidez da Companhia.



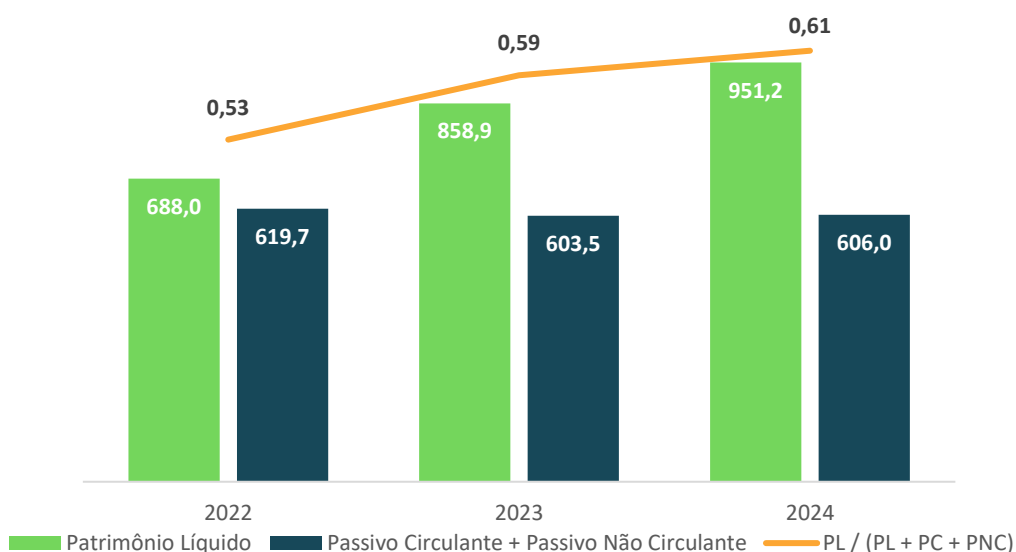
b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia atua em constante exercício de otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de minimizar seus custos financeiros e maximizar o retorno aos acionistas.

Por fim, mediante a reestruturação operacional e financeira da Companhia, os resultados demonstram melhoria da sua estrutura de capital e alavancagem nos últimos três anos, conforme exposto abaixo.

Indicadores (R\$ milhões)	2022	2023	2024
Patrimônio Líquido	688,0	858,9	951,2
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	619,7	603,5	606,0
<i>PL / (PL + Passivo)</i>	0,53	0,59	0,61

A Companhia apresentou aumento da posição de Patrimônio Líquido no decorrer dos últimos anos, saindo de R\$ 668,0 milhões em 31/12/2022 para R\$ 858,9 milhões e, ao final de 2024 registrou R\$ 951,2 milhões, em decorrência do incremento no resultado apurado.



c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia vem implementando diversas medidas para assegurar uma estrutura econômico-financeira equilibrada e sustentável a longo prazo, conforme destacadas abaixo:

- (i) melhoria nos indicadores de desempenho financeiro como receita, geração de caixa, lucro líquido e redução do grau de alavancagem financeira;
- (ii) diversificação de portfólio dos segmentos operacionais em que a Companhia atua;
- (iii) ampliação de iniciativas direcionadas pela gestão financeira e de capital de giro, notadamente relacionadas ao estoque e contas a receber;
- (iv) unificação das estruturas administrativas das controladas para promover a redução de custos e aumento da sinergia entre as empresas da Companhia;
- (v) monetização de ativos não operacionais, tendo concluído a venda da última parte do terreno de Benfica;

Tais iniciativas, visando enxugar a estrutura da Companhia e aperfeiçoar os processos produtivos, possibilitaram melhoria nos indicadores de liquidez da Companhia (i.e.: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral), proporcionando evolução da hígidez financeira em relação aos anos anteriores, conforme expostos abaixo.

Indicadores	2022	2023	2024
Ativo Circulante / Passivo Circulante	2,72	3,31	3,28
(Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante	1,98	2,65	2,26
Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante	0,69	1,55	1,14
(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)	2,11	2,42	2,57

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As investidas da Companhia utilizam operações de empréstimos bancários, bem como efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão dos produtos vendidos como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 17 de dezembro de 2021, as investidas Apolo Tubulars S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. firmaram abertura de crédito, com emissão de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto à Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, no valor total de até R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais). Os recursos em questão foram disponibilizados em 15 de março de 2022 e serão utilizados em: (i) aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, componentes e bens de informática e automação; (ii) capital de giro; e/ou (iii) aquisição de outros bens industrializados de fabricação nacional. A referida operação permite a Companhia suportar os planos de desenvolvimento de negócios das investidas e equilíbrio financeiro de sua estrutura de capital.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de setembro de 2023, investida GPC Química S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (“FINEP”), no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que recebeu a primeira e segunda parcelas de R\$ 28,4 milhões e R\$ 24,9 milhões, respectivamente. Os recursos da Linha de Crédito irão apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$ 66,1 milhões, aprovados pela FINEP no âmbito do Plano Estratégico de Inovação (“PEI”). Os projetos têm como objetivo a ampliação da capacidade produtiva, desenvolvimento de tecnologias e aplicações para atender novos mercados pela GPCQ. Com a conclusão dos investimentos, a GPC Química pretende ampliar o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, em linha com seu plano estratégico visando a diversificação de portfólio.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de março de 2024, investida Apolo Tubulars S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. Os recursos da Linha de Crédito irão apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$

108,8 milhões, aprovados pela FINEP no âmbito do Plano Estratégico de Inovação. Os projetos têm como objetivo investir em novas tecnologias que permitem adicionar valor aos seus produtos, expandir e diversificar o portfólio, e atingir novos mercados com maior eficiência operacional, em linha com sua visão estratégica.

A composição de empréstimos da Companhia nos últimos anos está exposta no quadro abaixo.

Empréstimos (R\$ milhões)	2022	2023	2024
Em moeda nacional (concursoais)	33,2	31,4	29,0
Em moeda nacional (extraconcursoais)	245,5	236,9	239,6
Em moeda nacional (antecipação de recebíveis)	-	-	-
Em moeda estrangeira (concursoais - indexados pela variação cambial)	17,8	24,1	4,4
Circulante	107,6	101,6	61,7
Não Circulante	188,9	190,8	211,3

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como resultado da melhoria de seus indicadores operacionais e com a conclusão da reestruturação financeira, a Companhia se encontra em uma situação de crédito mais favorável com maior credibilidade perante instituições financeiras, fornecedores e parceiros. Para realizar investimentos em ativos circulantes, a Companhia usufrui da geração de recursos próprios e empréstimos de longo prazo suportar a ampliação de suas atividades e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de melhorias de processos e novas linhas de produtos.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de setembro de 2023, investida GPC Química S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que recebeu a primeira e segunda parcelas de R\$ 28,4 milhões e R\$ 24,9 milhões, respectivamente. Os recursos da Linha de Crédito irão apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$ 66,1 milhões.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de março de 2024, investida Apolo Tubulars S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. Os recursos da Linha de Crédito irão apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$ 108,8 milhões.

Os Diretores entendem que as fontes de financiamento para os investimentos aplicados pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento e alavancagem, preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e a capacidade de pagamento.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme destacado na tabela do item 2.1.(d) deste formulário, os principais empréstimos da Companhia foram segregados em 4 categorias. Segue abaixo lista apontando as características de tais dívidas.

(i) Empréstimos em moeda nacional – concursoais

Foram dadas em garantia em determinados empréstimos concursoais em moeda nacional a Cessão Fiduciária de recebíveis e a hipoteca de 2ª grau do terreno de Araucária. As taxas de juros variam conforme opção selecionada no âmbito do Plano de Recuperação Judicial (INPC, TR+1% a.a. e TR + 1,5% a.a.).

(ii) Empréstimo em moeda nacional - extraconcursais

As garantias para determinados empréstimos são a cessão de recebíveis e aval da controladora. As taxas de juros variam entre CDI + 2,70% a.a. até CDI + 7,75% a.a..

(iii) Antecipação de Recebíveis

A Companhia não detinha nenhum registro dessa categoria de empréstimo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(iv) Empréstimos em moeda estrangeira

A investida GPC Química S.A. mantém registrado o Contrato de Câmbio corrigido pela variação cambial + juros de 6,61% a.a..

Os empréstimos da Companhia possuem cláusulas restritivas (“covenants”) que impõe limites aceitáveis na situação econômico-financeira. A síntese dos principais indicadores restritivos estão elencados abaixo:

Indicador	Medida	Inst. Financeira
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado	$\leq 3,00$	BNDES
Patrimônio Líquido / Ativo Total	$\geq 0,30$	BNDES
Dívida Líquida / Ebitda	$\leq 2,50$	Citibank
Dívida Líquida / Ebitda	$\leq 3,25$	BBM
Ebitda / Despesas Financeiras Líquidas	$\geq 2,50$	BBM
Dívida Líquida / Ebitda	$\leq 2,00$	BB

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento da dívida, e acompanhamentos trimestrais dos indicadores financeiros e não financeiros previstos contratualmente nos empréstimos. A Administração da Companhia confirma que na data da divulgação deste documento, a Companhia está em cumprimento de suas obrigações contratuais demonstradas acima.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Conforme mencionado anteriormente, foi celebrada abertura de linha de crédito pelas investidas Apolo Tubulars e Apolo Tubos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. Para o efetivo desembolso da linha de crédito contratada depende a satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas na Cédula de Crédito Bancário (“CCB”). Conforme Fato Relevante divulgado, em 15 de março de 2022 a Companhia obteve a liberação dos recursos objeto da linha de crédito, no valor total de R\$ 96.000.000,00.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de setembro de 2023, investida GPC Química S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que recebeu a primeira e segunda parcelas de R\$ 28,4 milhões e R\$ 24,9 milhões, respectivamente. O contrato firmado prevê a liberação dos recursos remanescentes da Linha de Crédito em 1 parcela adicional até 2025.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de março de 2024, investida Apolo Tubulars S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. O efetivo desembolso da contratação da Linha de Crédito depende da satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas em contrato.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Comparação das principais contas das demonstrações financeiras

Principais Variações nas Demonstrações de Resultado:

1. Vendas Líquidas e Lucro Bruto

A Companhia apresentou aumento nas contas de Receita Líquida e Lucro Bruto. Em análise comparativa dos últimos três anos, a Receita Líquida saiu de R\$ 2.098,1 milhões em 2022 para R\$ 1.745,3 milhões em 2023 e R\$ 1.810,4 ao final de 2024. O Lucro Bruto registrou R\$ 384,5 milhões em 2022, R\$ 342,0 milhões em 2023 e R\$ 350,5 em 2024. Os principais fatores para a evolução da posição de Receita Líquida e Lucro Bruto na comparação dos últimos três anos foram o volume de vendas das investidas da Companhia, no segmento aço e segmento químico, e oscilação das matérias-primas negociadas em mercados internacionais que compõe a precificação dos produtos vendidos.

2. Despesas Financeiras Líquidas

A Companhia apresentou aumento na conta de Despesas Financeiras Líquidas na comparação entre os anos de 2022 a 2024, o montante foi R\$ 56,1 milhões em 2022. No exercício de 2023, a métrica de Despesas Financeiras Líquidas atingiu R\$ 1,9 milhões e em 2024 a métrica foi de R\$ 7,1 milhões.

Principais Variações nas Demonstrações de Fluxo de Caixa:

1. Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 75,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 340,4 milhões em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, à redução de estoques e contas a receber que impactaram o capital de giro, reclassificação de ativos e ao crescimento das atividades operacionais da Companhia.

2. Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 88,3 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 13,8 milhões em 2023. Essa variação é oriunda dos investimentos realizados em linha com a estratégia de expansão da Companhia.

3. Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 98,1 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 72,4 milhões negativos em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, à amortização de empréstimos devidos que foi menor que o exercício anterior e, inclusive, o menor volume de captações.

* * *

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia encerrou o ano de 2024 com resultados financeiros e operacionais consistentes, impulsionados pela combinação de negócios dos segmentos químico e aço. Os principais destaques do ano de 2024 em comparação com 2023 são:

- a) Resultados de 2024 em comparação com o exercício de 2023:
 - i) Receita Líquida de **R\$ 1,8 bilhão (+3,7%)**
 - ii) Lucro Bruto de **R\$ 350,5 milhões (+2,5%)** com margem bruta de **19,4% (-0,2 p.p.)**
 - iii) Ebitda Ajustado de **R\$ 249,0 milhões (-11,1%)** com margem de **13,8% (-2,3 p.p.)**
 - iv) Lucro Líquido ajustado de **R\$ 144,9 milhões (-18,6%)** com margem de **8,0% (-2,2 p.p.)**
 - v) Dívida Líquida de **R\$ 15,7 milhões** com índice de alavancagem de **0,1x**
- b) Resultados do 4T24 em comparação com o 4T23:
 - i) Receita Líquida de **R\$ 489,4 milhões (+16,0%)**
 - ii) Lucro Bruto de **R\$ 74,7 milhões (+10,6%)** com margem bruta de **15,3% (-0,8 p.p.)**
 - iii) Ebitda Ajustado de **R\$ 54,4 milhões (+15,7%)** com margem de **11,1% (0,0 p.p.)**
 - iv) Lucro Líquido ajustado de **R\$ 35,9 milhões (-30,5%)** com margem de **7,3% (-4,9 p.p.)**
- c) Em março de 2024, a investida Apolo assinou contrato de financiamento junto à FINEP no valor de R\$ 97,9 milhões com previsão de recebimento em duas tranches, sendo que a primeira tranche de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024;
- d) Em junho de 2024, a Companhia concluiu as incorporações das ações de emissão da GPC Química S.A. e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. pela Dexas Participações S.A., que passou a deter 100% de participação no capital social das referidas subsidiárias;
- e) Em agosto de 2024, a Companhia iniciou suas atividades na nova unidade de especialidades químicas na planta de Araucária, Paraná, por meio de sua subsidiária GPC Química;
- f) Em setembro de 2024, a Companhia anunciou que o Programa de Recompra de 4,1 milhões de ações ordinárias foi aprovado, o montante corresponde a 4,0% do total de ações ordinárias em circulação. Até o fim de fevereiro de 2025 foram recompradas 624.600 ações, representando 0,6% da totalidade das ações ordinárias;
- g) Em novembro de 2024, a GPC Química S.A. obteve a liberação de recursos da segunda tranche do financiamento FINEP, no montante de R\$ 24,9 milhões; e
- h) A Dexas foi listada entre as maiores empresas do Brasil em duas publicações renomadas, no ranking Valor 1000 do Valor Econômico e no ranking 500 Melhores e Maiores da Revista Exame.

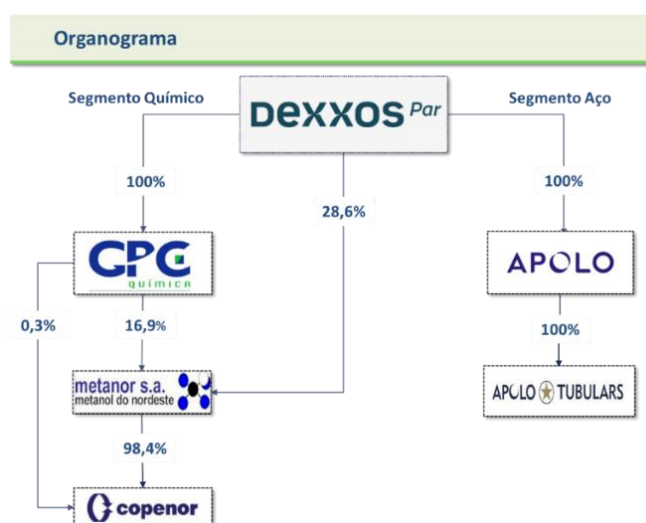
Considerações sobre as informações financeiras³

As informações financeiras apresentadas neste documento foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As informações aqui apresentadas correspondem às informações consolidadas da Companhia, exceto se explicitamente indicado. Os resultados dos segmentos químico e aço representam, respectivamente, os números consolidados da GPC Química S.A. e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., empresas controladas pela Companhia por meio de participação direta, sem a eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Os resultados da Metanor S.A. são reconhecidos por equivalência patrimonial.

³ Alguns valores e percentuais incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a apresentação e, por isso, podem apresentar diferenças em relação aos quadros e notas das informações das demonstrações financeiras. Adicionalmente, pela mesma razão, os valores totais em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

Organograma da Companhia | Estrutura Societária



Destaques Financeiros | Resultado Consolidado

Dexxos Participações

(em R\$ mi, exceto quando indicado)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Receita bruta	606,2	523,0	15,9%	604,1	0,4%	2.242,1	2.170,7	3,3%
Químico	463,3	399,6	15,9%	448,8	3,2%	1.618,8	1.451,1	11,6%
Aço	143,0	123,3	15,9%	155,2	(7,9%)	623,2	719,6	(13,4%)
Receita líquida	489,4	422,0	16,0%	494,1	(1,0%)	1.810,4	1.745,3	3,7%
Lucro bruto	74,7	67,6	10,6%	91,7	(18,5%)	350,5	342,0	2,5%
Margem bruta (%)	15,3%	16,0%	(0,8 p.p.)	18,6%	(3,3 p.p.)	19,4%	19,6%	(0,2 p.p.)
EBITDA	55,5	55,9	(0,7%)	66,3	(16,4%)	262,4	293,8	(10,7%)
Margem EBITDA (%)	11,3%	13,2%	(1,9 p.p.)	13,4%	(2,1 p.p.)	14,5%	16,8%	(2,3 p.p.)
Lucro líquido	35,2	61,6	(42,9%)	38,5	(8,5%)	153,2	211,3	(27,5%)
Margem líquida (%)	7,2%	14,6%	(7,4 p.p.)	7,8%	(0,6 p.p.)	8,5%	12,1%	(3,6 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	54,4	47,0	15,7%	61,0	(10,8%)	249,0	280,1	(11,1%)
Margem EBITDA ajustada (%)	11,1%	11,1%	(0,0 p.p.)	12,3%	(1,2 p.p.)	13,8%	16,1%	(2,3 p.p.)
Lucro líquido ajustado⁽²⁾	35,9	51,6	(30,5%)	38,5	(6,7%)	144,9	178,0	(18,6%)
Margem líquida ajustada (%)	7,3%	12,2%	(4,9 p.p.)	7,8%	(0,4 p.p.)	8,0%	10,2%	(2,2 p.p.)
Caixa (Dívida) líquida^(3,4)	(15,7)	61,9	-77,7	47,0	-62,7	(15,7)	61,9	-77,7
Caixa Liq. / EBITDA LTM ⁽⁵⁾	(0,1x)	0,2x	(0,3x)	0,2x	(0,3x)	(0,1x)	0,2x	(0,3x)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B.I do Press Release.

Nota (2): Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores, ajustado para resultados não recorrentes, porém considerando seus respectivos impactos fiscais, vide Anexo B.IV.

Nota (3): Considera a exclusão dos passivos de arrendamento (IFRS-16).

Nota (4): Considera ajuste a valor presente dos bancos e impostos parcelados / outros. Ver nota explicativa 2.2 (d) das DFs.

Nota (5): Dívida Líquida, excluindo os efeitos do IFRS-16 e EBITDA ajustado considerando os últimos 12 meses ("EBITDA LTM"). Caixa Líquido se refere ao saldo de caixa e equivalentes deduzido do saldo total do endividamento da Companhia.

Destaques operacionais | Segmento Químico

GPC Química S.A. (100%)

(em R\$ mi, exceto quando indicado)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Volume (kton)	163,0	158,7	2,7%	164,9	(1,2%)	606,6	555,6	9,2%
Receita bruta	463,3	399,6	15,9%	448,8	3,2%	1.618,8	1.451,1	11,6%
Receita líquida	376,1	321,0	17,2%	366,3	2,7%	1.310,8	1.177,3	11,3%
Lucro bruto	52,3	48,6	7,8%	66,4	(21,2%)	246,2	195,6	25,9%
Margem bruta (%)	13,9%	15,1%	(1,2 p.p.)	18,1%	(4,2 p.p.)	18,8%	16,6%	2,2 p.p.
EBITDA	42,7	51,3	(16,8%)	52,2	(18,3%)	198,5	210,4	(5,6%)
Margem EBITDA (%)	11,4%	16,0%	(4,6 p.p.)	14,3%	(2,9 p.p.)	15,1%	17,9%	(2,7 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	41,8	43,9	(4,9%)	50,2	(16,8%)	193,0	180,5	6,9%
Margem EBITDA ajustada (%)	11,1%	13,7%	(2,6 p.p.)	13,7%	(2,6 p.p.)	14,7%	15,3%	(0,6 p.p.)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA constam no Anexo B do Press Release.

Desempenho Operacional do Segmento Químico

Mercado de Painéis de Madeira: principal nicho de atuação do segmento químico da Companhia, expandiu 18,5% em 2024 em relação ao ano de 2023 segundo o IBÁ⁴, impulsionado pela demanda doméstica e exportações que cresceram 16,4% e 35,4% no período, respectivamente. Na comparação entre o 4T24 com o 3T24, o mercado total de painéis de madeira teve recuo de 5,0% no período, como resultado da desaceleração no mercado doméstico de 3,9% e das exportações em 14,3%. Em relação ao 4T23, o mercado doméstico registrou crescimento de 18,0% no trimestre, enquanto as exportações da indústria desaceleraram 4,3%, resultando em uma expansão de 15,3% no consolidado do mercado de painéis de madeira particulada.

O **Volume de Vendas** da GPC Química atingiu 606,6 mil toneladas (kton) em 2024, um ganho de 9,2% (ou 51,1 kton) em comparação com o exercício de 2023, refletindo o incremento das vendas de resinas termofixas para o mercado de painéis de madeira. No 4T24 o volume vendido foi de 163,0 kton e teve uma redução de 1,2% (ou 1,9 kton) comparado ao 3T24. Em paralelo, o volume nesse trimestre registrou aumento de 2,7% (ou 4,3 kton) com relação ao desempenho do 4T23, quando foi registrado 158,7 kton em volume de vendas, impulsionado pela melhora do mercado de painéis de madeira somado à continuidade na estratégia de comercialização de produtos intermediários⁵.

No exercício de 2024, a **Receita Líquida** foi de R\$ 1,3 bilhão, reportando um crescimento de 11,3% (ou R\$ 133,5 mi) em relação ao ano anterior que registrou R\$ 1,2 bilhão, principalmente devido aos maiores volumes de vendas ao setor de painéis de madeira. No 4T24, a receita líquida atingiu R\$ 376,1 mi, representando um aumento de 2,7% (ou R\$ 9,8 mi) contra o 3T24, quando reportou R\$ 366,3 mi. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a receita líquida do 4T24 expandiu 17,2% (ou R\$ 55,1 mi), resultado de uma ampliação do preço líquido médio em 14,1% no período.

Em 2024, o segmento químico apresentou um **Lucro Bruto** de R\$ 246,2 mi com margem bruta de 18,8%, refletindo um incremento de 25,9% (ou R\$ 50,7 mi) e ganho na margem bruta de 2,2 p.p., comparado aos valores reportados em 2023, refletindo o incremento de vendas de resinas termofixas para painéis particulados. O lucro bruto no 4T24 atingiu R\$ 52,3 mi com margem bruta de 13,9%, registrando uma diminuição de 21,2% (ou R\$ 14,1 mi) no período contra o 3T24, devido principalmente ao mix de produtos vendidos. Em relação ao 4T23, a métrica do trimestre obteve aumento de 7,8% (ou R\$ 3,8 mi), impulsionado pelas vendas ao mercado de painéis de madeira.

O **EBITDA ajustado** de 2024 atingiu R\$ 193,0 mi com 14,7% de margem EBITDA ajustada, refletindo um crescimento de 6,9% (ou R\$ 12,5 mi) na visão contra o exercício de 2023. No 4T24 a métrica atingiu R\$ 41,8 mi com 11,1% de margem EBITDA ajustada, registrando uma redução de 16,8% (ou R\$ 8,5 mi) comparado ao trimestre imediatamente anterior. O resultado do 4T24, em relação ao 4T23, registrou uma diminuição de 4,9% (ou R\$ 2,1 mi) e recuo da margem EBITDA ajustada em 2,6 p.p., impactado

⁴ IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores – www.iba.org

⁵ Produtos químicos e seus derivados.

principalmente pela maior participação de resinas termofixas no mix de vendas que contribui com maiores despesas relacionadas a vendas.

Destaques operacionais | Segmento Aço

Apolo Tubos e Equipamentos S.A. - Consolidado (100%)

(em R\$ mi, exceto quando indicado)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Volume (kton)	13,4	12,1	10,4%	15,7	(14,8%)	59,0	58,7	0,4%
Receita bruta	143,0	123,3	15,9%	155,2	(7,9%)	623,2	719,6	(13,4%)
Receita líquida	113,3	100,9	12,3%	127,9	(11,4%)	499,6	568,0	(12,0%)
Lucro bruto	22,4	19,0	17,6%	25,3	(11,4%)	104,3	146,5	(28,8%)
Margem bruta (%)	19,7%	18,8%	0,9 p.p.	19,7%	(0,0 p.p.)	20,9%	25,8%	(4,9 p.p.)
EBITDA	11,8	7,8	51,1%	13,8	(14,7%)	64,9	107,9	(39,8%)
Margem EBITDA (%)	10,4%	7,7%	2,7 p.p.	10,8%	(0,4 p.p.)	13,0%	19,0%	(6,0 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	13,2	7,8	69,0%	13,8	(4,6%)	66,3	108,0	(38,6%)
Margem EBITDA ajustada (%)	11,6%	7,7%	3,9 p.p.	10,8%	0,8 p.p.	13,3%	19,0%	(5,7 p.p.)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA constam no Anexo B do Press Release.

Desempenho Operacional do Segmento Aço

Mercado de Construção Civil: de acordo com o relatório de Sondagem da Indústria da Construção publicado pela CNI, o indicador de nível de atividade avançou 0,2 p.p. em 2024 contra o ano de 2023. Em paralelo, a indústria ampliou a utilização média de capacidade instalada em suas operações em 0,9 p.p. em 2024 quando atingiu 67,7%, contra 66,8% registrado em 2023. Na visão trimestral, a utilização média foi de 68,0%, representando um ganho 1,0 p.p. contra o 4T23 e 0,7 p.p. contra o 3T24, demonstrando um crescimento do mercado de construção civil.

Mercado de Energia Fotovoltaica: nos últimos anos, a Companhia se estruturou para atender o mercado fotovoltaico, buscando diversificar seu portfólio. Ao longo do exercício de 2024 as vendas do segmento aço destinadas a este mercado somaram aproximadamente 10% das vendas totais. Segundo a ABSOLAR, em dezembro de 2024, a geração de energia fotovoltaica representou 21,9% da matriz energética brasileira, atingindo 54,0 GW, refletindo um aumento de 39,5%⁶ em relação a dezembro de 2023.

Mercado de O&G: a Petrobras anunciou aceleração de investimentos em ativos *onshore* a serem explorados⁷. Em paralelo, as atividades de produtores independentes de petróleo no Brasil cresceram nos últimos anos com o início de programas de revitalização em campos maduros, permitindo a geração de novas oportunidades para a Companhia no segmento aço. Aliado a este momento, o REATE⁸ (Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres) que foi iniciado em 2020 e busca promover o crescimento da produção de barris diários de óleo equivalente. No mercado internacional, a Companhia tem o potencial de comercialização para os Estados Unidos limitado pelo sistema de cotas de importação adotado pelo governo norte-americano.

O **Volume de Vendas** do segmento aço foi de 13,4 kton no 4T24, expansão de 10,4% (ou 1,3 kton) em comparação com o 4T23, impulsionado principalmente pelos mercados de óleo e gás e fotovoltaico. Em relação ao 3T24, o resultado desse trimestre registrou uma queda de 14,8% (ou 2,3 kton), refletindo menores vendas para os mercados de atuação. Durante o exercício de 2024 o volume de vendas atingiu 59,0 kton, apresentando um aumento de 0,4% (ou 0,3 kton) comparado ao ano anterior, refletindo o crescimento do mercado de construção civil e infraestrutura, assim como o mercado de óleo e gás, que mais do que compensaram a queda de vendas ao setor fotovoltaico no período.

No quarto trimestre de 2024 a **Receita Líquida** alcançou R\$ 113,3 mi, representando um aumento de 12,3% (ou R\$ 12,4 mi) em relação ao resultado do 4T23 em que foi apurado R\$ 100,9 mi, devido aos maiores volumes para os mercados de óleo e gás e fotovoltaico. Em comparação com o 3T24, a métrica no trimestre

⁶ <https://www.absolar.org.br/mercado/infografico/>

⁷ <https://brasilenergia.com.br/petroleoegas/empresas/petrobras-volta-ao-onshore-brasileiro-com-aquisicao-de-sondas-e-servicos>

⁸ <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/reate-2020>

registrou redução de 11,4% (ou R\$ 14,6 mi), refletindo menores vendas no período. O resultado do ano de 2024 foi de R\$ 499,6 mi, apresentando queda de 12,0% (ou R\$ 68,4 mi) com relação a 2023, impactado pelo menor preço líquido médio e composição do mix de vendas.

O **Lucro Bruto** no 4T24 foi de R\$ 22,4 mi, registrando um crescimento de 17,6% (ou R\$ 3,4 mi) contra o 4T23 quando foi apurado R\$ 19,0 mi, no mesmo período a margem bruta totalizou 19,7% contra 18,8%, ampliação de 0,9 p.p. devido a composição do portfólio. Em comparação com o trimestre imediatamente anterior, o lucro bruto apresentou queda de 11,4% (ou R\$ 2,9 mi) e manteve a margem bruta em 19,7%. O resultado acumulado do exercício de 2024 atingiu R\$ 104,3 mi, contra R\$ 146,5 mi registrados em 2023, representando uma diminuição de 28,8% sendo que os fatores que contribuíram para esse recuo foram a queda no preço líquido médio e composição do mix de vendas.

No 4T24, o **EBITDA ajustado** atingiu R\$ 13,2 mi, apurando um incremento de 69,0% (ou R\$ 5,4 mi) e ganho da margem EBITDA ajustada em 3,9 p.p. contra o 4T23. Em paralelo, comparado ao 3T24 a métrica teve uma redução de 4,6% (ou R\$ 0,6 mi). Observando o ano de 2024, o EBITDA ajustado alcançou R\$ 66,3 mi com margem de 13,3%, apurando uma retração em relação aos R\$ 108,0 mi que foram alcançados em 2023. O resultado do EBITDA ajustado acompanhou a dinâmica do Lucro Bruto nos períodos analisados.

Desempenho consolidado da Holding e Coligadas

Diante do contexto demonstrado acima para cada segmento operacional, o **EBITDA ajustado** consolidado da Dexas atingiu R\$ 54,4 mi no 4T24 e margem EBITDA ajustada de 11,1%, resultado de uma expansão de 15,7% (ou R\$ 7,4 mi) em comparação ao 4T23. Em paralelo, a métrica nesse trimestre teve uma diminuição de 10,8% (ou R\$ 6,6 mi) em relação ao 3T24. O **EBITDA ajustado** durante o ano de 2024 totalizou R\$ 249,0 mi, contra a apuração de R\$ 280,1 milhões em 2023, representando um recuo de 11,1% (ou R\$ 31,1 mi), refletindo uma combinação do crescimento das operações do segmento químico e desaceleração do segmento aço.

Com relação ao **Lucro Líquido ajustado**, a métrica atingiu R\$ 35,9 mi com margem líquida de 7,3% no 4T24, apurando uma queda de 30,5% (ou R\$ 15,8 mi) frente ao valor apurado no 4T23, devido principalmente ao aumento da alíquota efetiva no período e variações cambiais apuradas no resultado financeiro. Nesse trimestre, a métrica registrou queda de 6,7% (ou R\$ 2,6 mi) e de 0,4 p.p. de margem líquida ajustada comparado ao 3T24. Com relação ao ano de 2024, o resultado totalizou R\$ 144,9 mi, representando uma redução 18,6% (ou R\$ 33,1 mi), enquanto a margem líquida no período foi de 8,0% contra 10,2% que foi registrado em 2023.

Com relação à Metanor, o **Lucro Líquido** em 2024 foi de R\$ 30,1 mi, ampliação de 51,9% comparado ao valor apurado em 2023, que totalizou R\$ 19,9 mi. Dessa forma, o resultado da equivalência patrimonial das coligadas foi de R\$ 14,8 mi em 2024, contra R\$ 9,0 mi no mesmo período do ano anterior.

Endividamento

Ao final de 2024 a Companhia registrou um saldo de dívida líquida de R\$ 15,7 mi contra um saldo de caixa líquido de R\$ 61,9 mi apurado em dezembro de 2023. Atualmente, a dívida bruta é composta por 76,1% de dívidas de longo prazo, com as dívidas fiscais representando cerca de 20,1% da dívida bruta total.

Endividamento (R\$ mm)	4T24	4T23	4T22	4T21	4T20	4T19
Dívida bruta	363,6	399,5	428,9	494,6	280,0	346,9
Curto prazo	86,7	130,4	149,5	232,3	95,1	153,3
Bancos	61,7	101,6	107,6	133,7	30,6	68,1
Antecipação de Recebíveis ⁽¹⁾	—	—	—	53,1	18,1	50,7
Impostos Parcelados	21,1	25,1	38,5	42,2	42,5	29,9
Outros	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	2,0
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	3,1	2,9	2,6	2,7	3,2	2,5
Longo prazo	276,9	269,1	279,4	262,2	185,0	193,7
Bancos ⁽³⁾	211,3	190,8	188,9	148,7	56,4	42,3
Impostos Parcelados	52,1	62,6	72,3	93,5	119,3	142,2
Outros ⁽³⁾	10,5	10,1	9,8	9,0	7,6	5,9
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	3,0	5,5	8,5	11,0	1,7	3,3
Caixa e equivalentes de caixa	341,8	452,9	198,8	97,9	40,6	12,0
Dívida líquida	21,9	(53,5)	230,2	396,6	239,4	335,0
(-) Passivos de arrendamento	(6,1)	(8,4)	(11,1)	(13,7)	(4,8)	(5,8)
Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16)	15,7	(61,9)	219,1	382,9	234,6	329,1
EBITDA Ajustado LTM	249,0	280,0	305,9	315,5	151,4	80,7
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,1x	(0,2x)	0,7x	1,2x	1,5x	4,1x

Nota (1): Até 2018 as antecipações de recebíveis eram contabilizadas no contas a receber e não no passivo de curto prazo. Na tabela acima foi feito um ajuste pro-forma para refletir as antecipações de recebíveis no passivo circulante desde 2015.

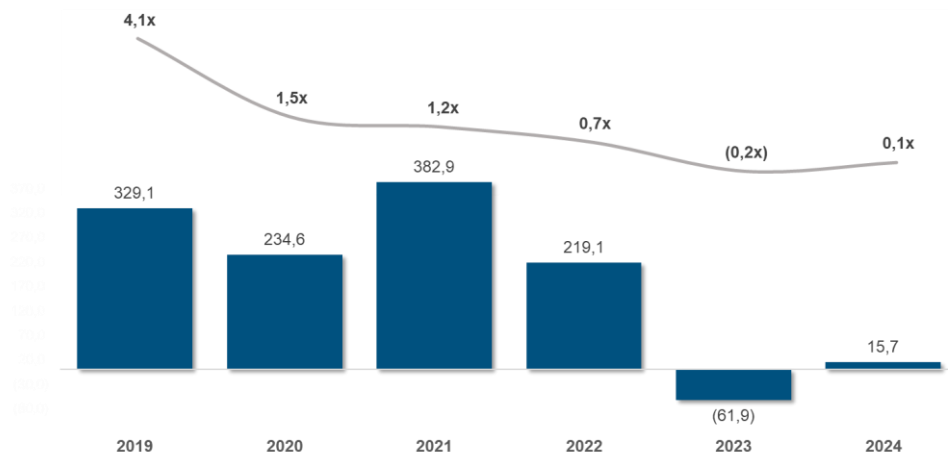
Nota (2): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.

Nota (3): Ajuste a valor presente em bancos e impostos parcelados / outros considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (d) das DFs.

Nota (4): Abertura da dívida líquida por empresa está disponível no ANEXO C do Press Release.

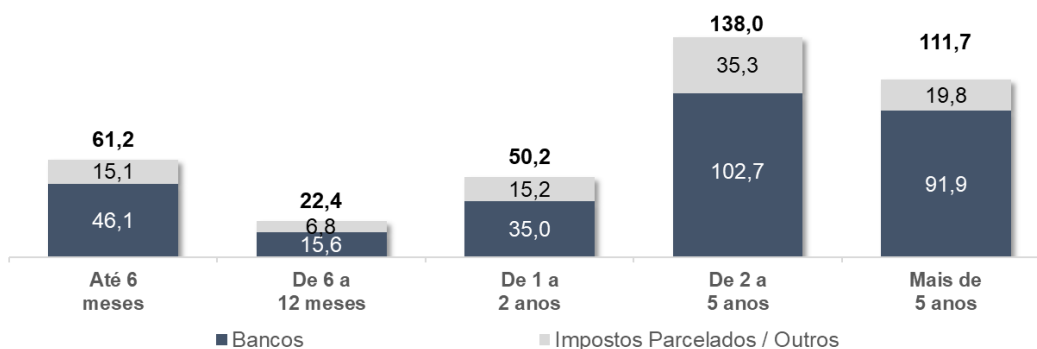
Evolução da Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16) e da relação dívida líquida (ex. IFRS-16) por EBITDA LTM

(Em R\$ milhões)



Cronograma de amortização⁽¹⁾ e perfil da dívida (ex. IFRS-16)

(Em R\$ milhões)



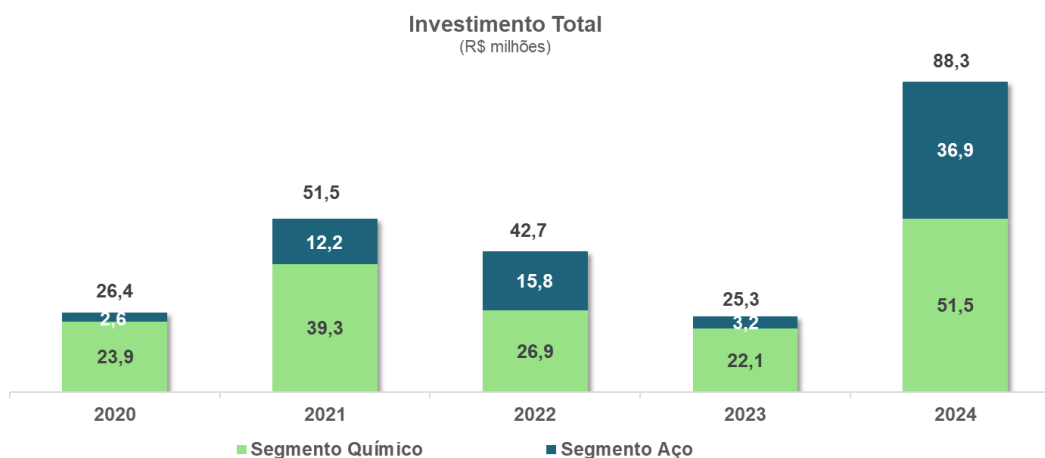
Nota (1): A diferença entre o valor da dívida no cronograma de amortização e no balanço patrimonial é o ajuste a valor presente: (i) Bancos = R\$ 18,3 mi; (ii) Impostos Parcelados / Outros = R\$ 7,7 mi.

Em dezembro de 2024, o endividamento bancário da Companhia registrou um prazo médio de 4,9 anos, superior aos 3,6 anos registrados ao final de 2023, aumento influenciado principalmente pela captação de novas dívidas de longo prazo.

O custo médio da Dívida Bruta foi de 9,3% no 4T24, representando uma redução de 1,8 p.p. em relação ao custo médio apurado no 4T23, refletindo principalmente as captações de dívida realizadas nesse período. Em paralelo, comparado ao custo médio do 3T24, o resultado do trimestre teve um incremento de 0,3 p.p., por influência da ampliação dos índices de inflação e do CDI no período.

Investimentos

Em linha com seu planejamento estratégico, a Companhia intensificou o seu programa de investimentos visando o crescimento de receitas e diversificação dos negócios nos segmentos químico e aço. Nos últimos 5 exercícios sociais os investimentos totalizaram R\$ 234,3 milhões.



Em agosto de 2024, a Companhia iniciou suas atividades na nova unidade de especialidades químicas na planta de Araucária, Paraná, por meio de sua subsidiária GPC Química. Os investimentos têm como objetivo o desenvolvimento de aplicações para atender novos mercados, ampliando o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, no âmbito do plano estratégico de diversificação da Companhia.

Em setembro de 2023, a investida GPC Química assinou contrato de financiamento com a FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que a segunda parcela de R\$ 24,9 milhões foi recebida em novembro de 2024. O objetivo da referida linha de crédito é fazer frente aos projetos no âmbito do Plano Estratégico de Inovação (“PEI da GPC Química”), visando a expansão da capacidade produtiva, desenvolvimento de tecnologias e aplicações para atender novos mercados pela GPC Química. Com a conclusão dos investimentos, a GPC Química pretende ampliar o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, em linha com seu plano estratégico visando a diversificação de portfólio.

Em março de 2024, a investida Apolo assinou contrato de financiamento com a FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. O objetivo da referida linha de crédito é fazer frente aos projetos no âmbito do Plano Estratégico de Inovação (“PEI da Apolo”), visando investir em novas tecnologias que permitam adicionar valor aos seus produtos, expandir e diversificar o portfólio, além de atingir novos mercados com maior eficiência operacional, em linha com sua visão estratégica.

A Companhia segue buscando oportunidades de geração de valor e diversificação de portfólio em ambos os segmentos, mantendo a disciplina na alocação de capital e sustentabilidade a longo prazo de suas operações.

Desempenho ESG

Em linha com a visão de desenvolver negócios sustentáveis a longo prazo, a Dexas divulga a seguir informações relativas ao tema ESG (sigla em inglês para os aspectos ambientais, sociais e de governança), destacando os itens de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento dos indicadores, visando a evolução constante acerca do assunto. Os principais destaques relacionados à agenda ESG são:

- Atingimos a marca de 711 mil litros de água de reuso;
- Superamos 7.900 mudas de árvores plantadas, somando aproximadamente 925 toneladas de gases de efeito estufa compensados;
- Assistência social a mais de 120 famílias por meio da Associação Cultural Carlos Fernando Coutinho, atuando desde 1996;
- A unidade de Araucária (PR) recebeu a chancela e o troféu Aterro Zero, demonstrando que a unidade não destina resíduos para aterros sanitários;

- A subsidiária GPC Química recebeu o selo ESG em foco 2024, emitido pelo Sistema FIEP.

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES

GRI403-9

Em 2024, a Companhia registrou 3 acidentes com afastamento em suas operações em, aproximadamente, 1,6 milhão hora-homem trabalhadas, resultando na taxa de 0,38 acidentes com afastamento para cada 200 mil horas trabalhadas. A Companhia segue realizando e intensificando treinamentos focados na segurança, como forma de reforçar o comprometimento interno com a segurança do trabalho em suas unidades.

Taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFA)	4T24	4T23	Δ	3T24	Δ	2024	2023	Δ
Segmento Químico	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,47	-100,0%
Segmento Aço	0,00	0,00	0,0%	0,69	-100,0%	0,52	0,87	-39,8%
Total	0,00	0,00	0,0%	0,49	-100,0%	0,38	0,76	-50,6%

Adicionalmente, a Companhia, em conjunto com suas empresas controladas, mantém todos os funcionários cobertos por sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional auditado internamente, atualmente, cerca de 800 funcionários estão resguardados.

CONSUMO DE ÁGUA

GRI 303-1

O consumo de água decorrente das operações da Companhia é majoritariamente proveniente de águas superficiais fornecida por concessionárias, seguido por águas subterrâneas (poços artesianos). Durante o ano de 2024, o consumo total de água foi de 586.417 mil m³, apresentando um aumento de 18,7% do total utilizado em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de água (m ³)	4T24	4T23	Δ	3T24	Δ	2024	2023	Δ
Água de superfície	103.171	63.589	62,2%	98.126	5,1%	418.889	277.868	50,8%
Água subterrânea	49.355	56.173	-12,1%	19.026	159,4%	167.527	216.185	-22,5%
Total	152.526	119.762	27,4%	117.152	30,2%	586.417	494.054	18,7%
Água de reuso (m ³)	34.575	25.325	36,5%	36.470	-5,2%	132.294	114.751	15,3%
Água de reuso (%)	22,7%	21,1%	1,5 p.p.	31,1%	-8,5 p.p.	22,6%	23,2%	-0,7 p.p.

Adicionalmente, a Companhia manteve o emprego de água de reuso em patamares significativos em 2024 (22,6%). O patamar atual de água de reuso permite o uso sustentável de recursos hídricos, com a redução de volume para a rede de esgoto e o aumento de disponibilidade de água potável por meio de tratamento de efluentes.

CONSUMO DE ENERGIA

GRI 302-1

O consumo de energia oriunda das operações da Companhia é proveniente do fornecimento das concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Em 2024, o consumo total de energia da Companhia e suas controladas foi de 207.491 gigajoules (GJ), o que representa um aumento de 8,4% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de energia (GJ)	4T24	4T23	Δ	3T24	Δ	2024	2023	Δ
Segmento Químico	36.187	32.006	13,1%	36.802	-1,7%	143.249	124.305	15,2%
Segmento Aço	14.862	14.624	1,6%	16.879	-12,0%	64.242	67.050	-4,2%
Total	51.049	46.630	9,5%	53.681	-4,9%	207.491	191.355	8,4%

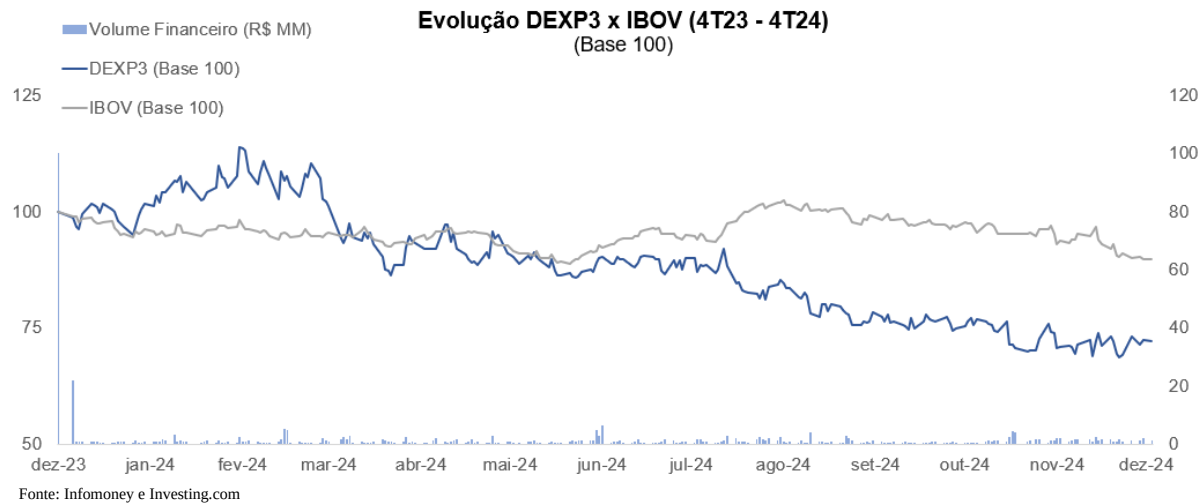
Vale ressaltar que o consumo de energia proveniente das operações da Companhia mantém elevada correlação com o volume de produção. Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo iniciativas em seus parques fabris visando à eficiência energética para contenção do consumo de energia como a troca de equipamentos e readequação de instalações, dentre outras.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Dexas Participações encerraram o pregão de 30 de dezembro de 2024 com uma cotação de R\$ 8,37 por ação, apresentando uma desvalorização de 28,0% na comparação com o encerramento do 4T23, que foi de R\$ 11,62, e redução de 6,8% com relação à cotação de 30 de setembro de 2024, que foi de R\$ 8,98. Neste mesmo horizonte de análise, o índice Ibovespa apresentou redução de 10,4% em comparação ao final de 2023 e desvalorização de 8,7% com relação à cotação de 30 de setembro de 2024. O volume financeiro médio negociado por dia das ações ordinárias da Companhia durante o 4º trimestre de 2024 foi de R\$ 1,1 mi, para fins de comparação, no trimestre imediatamente anterior o volume financeiro médio foi de aproximadamente R\$ 1,0 mi. No encerramento do 4T24 o valor de mercado da Companhia era de R\$ 915,5 milhões considerando as ações ordinárias e preferenciais.

4T24	
Valor de mercado (R\$ mi) - 30/12/24	915,51
Cotação média diária (R\$/ação) - Trimestre	8,57
Volume médio/dia (R\$ mi)	
4º trimestre de 2024	1,1
3º trimestre de 2024	1,0
2º trimestre de 2024	1,1
1º trimestre de 2024	1,3
4º trimestre de 2023	1,0

Fonte: Infomoney e Investing.com.
Nota: O valor de mercado considera o total de ações, ordinárias e preferenciais.



2.3 – Mudanças significativas nas práticas contábeis

a) *mudanças significativas nas práticas contábeis*

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos em suas Demonstrações Financeiras do ano de 2024 em comparação às adotadas no exercício de 2023.

b) *Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Não houve ressalvas e/ou parágrafo de ênfase no parecer do auditor.

Segue transcrito abaixo as responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

“Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:”

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.*
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.*

2.4 - Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras

- a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional.

- b) constituição, aquisição ou alienação de participações societárias

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer constituição, aquisição ou alienação de participações societárias.

- c) eventos e operações não usuais

Dexxos Participações (consolidado)
(Em milhões de reais)

	2022	2023	2024
Lucro do período antes das participações minoritárias	179,9	211,3	153,2
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	43,5	50,0	70,4
(+) Resultado Financeiro	56,1	1,9	7,1
(+) Depreciações e Amortizações	25,7	30,6	31,7
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	305,2	293,8	262,4
(-) Equivalência Patrimonial	-9,7	-9,0	-14,8
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	-	-	-
Crédito de PIS e COFINS s/ ICMS	-	-	-
Reversão Provisão para Contingências	-	-	-
Ajuste Propriedade para Investimentos	3,7	-	-
Ajuste REFIS IV	-	-	-
Honorários de Êxito	2,9	2,3	-
Honorários Adm Judicial	1,4	0,1	-
Provisão Crédito Guaxupé	-	-	-
Honorários Sucumbência	3,2	-	1,4
Venda de terreno	1,1	-7,0	-
Creditos de Pis e Cofins	-1,9	-	-
Ganho de Impostos	-	-0,9	-
Honorários de Precatório	-	0,9	-
Outros Ajustes	-	-	-
LAJIDA / EBITDA Ajustado	305,9	280,1	249,0

Conforme quadro acima, em 2023, destacamos a alienação de ativo não operacional, a referida propriedade é um imóvel situada no bairro de Benfica, Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

2.5 – Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) Ajustado e o Lucro líquido Ajustado como formas de medição de resultado não contábeis em suas informações financeiras, bem como a Dívida líquida (ex-IFRS16) e a Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM como formas de medição de endividamento e alavancagem não contábeis em suas informações financeiras.

Dexxos Participações			
(em R\$ mi, exceto quando indicado)	2024	2023	2024 x 2023
Receita bruta	2.242,1	2.170,7	3,3%
Químico	1.618,8	1.451,1	11,6%
Aço	623,2	719,6	(13,4%)
Receita líquida	1.810,4	1.745,3	3,7%
Lucro bruto	350,5	342,0	2,5%
Margem bruta (%)	19,4%	19,6%	(0,2 p.p.)
EBITDA	262,4	293,8	(10,7%)
Margem EBITDA (%)	14,5%	16,8%	(2,3 p.p.)
Lucro líquido	153,2	211,3	(27,5%)
Margem líquida (%)	8,5%	12,1%	(3,6 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	249,0	280,1	(11,1%)
Margem EBITDA ajustada (%)	13,8%	16,1%	(2,3 p.p.)
Lucro líquido ajustado⁽²⁾	144,9	178,0	(18,6%)
Margem líquida ajustada (%)	8,0%	10,2%	(2,2 p.p.)
Caixa (Dívida) líquida^(3,4)	(15,7)	61,9	-77,7
Caixa Liq. / EBITDA LTM ⁽⁵⁾	(0,1x)	0,2x	(0,3x)

(i) LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) Ajustado e Lucro líquido Ajustado

O LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) ou EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com as suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes de (i) do resultado financeiro líquido; (ii) do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro; e (iii) das despesas de depreciação e amortização.

Em adição ao LAJIDA (EBITDA) divulgado em consonância à Resolução CVM 156, a Companhia divulga medição de LAJIDA (EBITDA) Ajustado, tendo por objetivo representar o quanto a Companhia gera de recursos através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

O Lucro líquido é o rendimento real da Companhia. Ele é determinado através do cálculo da diferença entre o valor total de suas receitas e o valor total de seus custos e despesas.

Em adição ao Lucro líquido divulgado, a Companhia divulga medição de Lucro líquido Ajustado, tendo por objetivo representar o rendimento real da Companhia gerado através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

(ii) Dívida líquida (ex-IFRS16) e Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM

A Dívida líquida (ex-IFRS16) é calculada pelo somatório de todas as dívidas contratadas pela Companhia, líquidas da posição de caixa e equivalentes de caixa, excetuados os passivos de arrendamento conforme metodologia do IFRS-16 e tem por objetivo representar os compromissos financeiros assumidos junto a terceiros em sua composição de capital.

O LAJIDA (EBITDA) LTM é calculado pelo somatório do LAJIDA (EBITDA) Ajustado dos últimos doze meses.

A Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM é calculada pela divisão da Dívida líquida (ex-IFRS16) pelo LAJIDA (EBITDA) LTM e tem por objetivo representar a capacidade da Companhia em custear seu endividamento através da geração de recursos proveniente de suas operações recorrentes.

Endividamento (R\$ mm)	2024	2023	2022
Dívida bruta	363,6	399,5	428,9
Caixa e equivalentes de caixa	342,2	452,9	198,8
Dívida líquida	21,5	(53,5)	230,2
(-) Passivos de arrendamento	(6,1)	(8,4)	(11,1)
Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16)	15,3	(61,9)	219,1
EBITDA Ajustado LTM	249,0	280,0	305,9
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,1x	(0,2x)	0,7x

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

Seguem abaixo conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas da Companhia.

(i) Ajustes de LAJIDA (EBITDA)

(Em milhares de Reais)

	Dexxos Participações	
	12M24	12M23
Lucro do período antes das participações minoritárias	151.560	211.286
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	69.575	49.976
(+) Despesas Financeiras	77.828	76.088
(-) Receitas Financeiras	(70.764)	(74.147)
(+) Depreciações e amortizações	31.687	30.552
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	259.886	293.755
(-) Equivalência Patrimonial	(14.777)	(9.031)
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes		
(+) Honorários de êxito Processos	-	2.313
(+) Honorários Sucumbência	1.399	-
(+) Ganho venda terreno	-	(7.018)
(+) Ganho Impostos	-	(927)
(+) Honorários Adm Judicial	-	132
(+) Honorários Precatório	-	916
LAJIDA (EBITDA) ajustado	246.508	280.140

(ii) Ajustes de Lucro líquido

	Dexxos Participações	
	12M24	12M23
(Em milhares de Reais)		
Lucro do período antes das participações minoritárias	151.560	211.286
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes		
(+) Honorários de exito Processos	-	2.313
(+) Honorários de Sucumbência	1.399	
Ganho venda terreno	-	(7.018)
Ganho impostos		(927)
Honorários Adm Judicial	-	132
Honorários Pracatório		916
IR/CS	(476)	1.559
Lucro líquido Ajustado	152.483	208.261
Acionistas controladores	143.266	177.966
Acionistas não controladores	9.217	30.295

(iii) Ajustes de Dívida líquida (ex-IFRS16)

Endividamento (R\$ mm)	2024	2023	2022
Dívida bruta	363,6	399,5	428,9
Caixa e equivalentes de caixa	342,2	452,9	198,8
Dívida líquida	21,5	(53,5)	230,2
(-) Passivos de arrendamento	(6,1)	(8,4)	(11,1)
Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16)	15,3	(61,9)	219,1
EBITDA Ajustado LTM	249,0	280,0	305,9
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,1x	(0,2x)	0,7x

Nota (1): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.

Nota (2): Ajuste a valor presente em empréstimos e fornecedores (RJ) considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (e) das DF's.

c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia acredita que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção e nas seções 1 e 2 do Formulário de Referência representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis da Companhia apresentadas neste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

2.6 – Eventos subsequentes

Não aplicável.

2.7 – Destinação dos resultados sociais

	Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Exercício Social encerrado em 31/12/2022
a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos	De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.

		do artigo 202, parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	
a.i) Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$146,1 milhões, sendo que R\$89,1 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$7,3 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$81,8 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$183,5 milhões, sendo que R\$135,5 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$8,7 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$56,4 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R\$70,4 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$159,2 milhões, sendo que R\$134,1 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$8,0 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$47,5 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R\$78,6 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, e o montante total da reserva investimentos nas suas investidas corresponde a 56,0% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.	O montante total da reserva legal corresponde a 4,8%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 30,7% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 38,4% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 29,8% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 49,4% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à

	formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório. A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários	formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório. A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de	formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório. A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de
--	---	--	--

	à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.	Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.	menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e,	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e,

	determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.	por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.	por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.
d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	N/A.	N/A.	N/A.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Em 29 de março de 2023 o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados e está disponível para consulta nos websites da CVM e da Companhia. Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br).	Em 29 de março de 2023 o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados e está disponível para consulta nos websites da CVM e da Companhia. Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br).	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política de destinação de resultados. Entretanto, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br)

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

- (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

- (iii) contratos de construção não terminada

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de construção não terminada evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

- (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31/12/2024, a controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. possuía R\$ 5,3 milhões de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

Em 31/12/2024, a Dexas Participações S.A. possuía R\$ 8,5 milhões de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

2.9 – Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados

- (a) *Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

O saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre o lucro líquido diferidos não evidenciados nas demonstrações financeiras e contemplados no item 2.8 poderá ser utilizado futuramente para redução de valores de IRPJ e CSLL a pagar.

- (b) *Natureza e o propósito da operação*

Natureza e propósito já contemplados no item 2.8

- (c) *Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Natureza e montante já contemplados no item 2.8

2.10 – Plano de negócios

a) investimentos

O Plano de Negócios da Companhia é lastreado em determinadas premissas e expectativas de mercado e crescimento, utilizando-se de determinadas tendências futuras que afetam ou podem vir a afetar a Companhia.

Embora a Companhia acredite que essas premissas sejam razoáveis e baseadas em expectativas da operação, as mesmas estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições, e que podem ser afetadas por diversos fatores como, por exemplo: (i) conjuntura econômica; (ii) intervenções governamentais; (iii) alterações na legislação vigente; (iv) alterações no mercado financeiro; e (v) eventos de força maior.

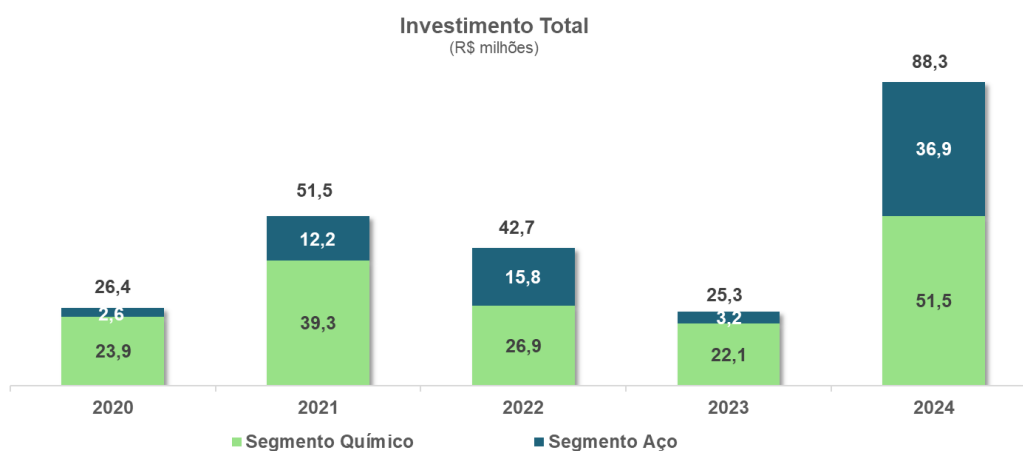
i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia (e suas Controladas) tem realizado investimentos estratégicos nos últimos anos, o que tem proporcionado o seu crescimento e competitividade no mercado.

Nesse sentido, o Plano de Negócios objetiva reforçar as unidades produtivas da Companhia nas seguintes frentes:

- a) Melhorias em processos produtivos e sistemas visando maior eficiência tecnológica e aprimoramento da qualidade dos produtos oferecidos com confiabilidade para atender às exigências técnicas, industriais e mercadológicas.
- b) Expansão da capacidade produtiva devido ao aumento na demanda pelos seus produtos, gerando uma oportunidade de ampliação das operações da Companhia, tanto no segmento de aço quanto segmento químico.
- c) Ampliação de portfólio de produtos com o objetivo de diversificar as receitas das unidades do segmento aço e químico, utilizando-se dos *sites*, infraestrutura e *know-how* de cada operação.

Nos últimos 5 anos, os investimentos realizados pela Companhia, através de suas controladas, totalizaram R\$234,3 milhões, sendo R\$88,3 milhões somente no último ano, conforme gráfico abaixo.



Em linha com seu Plano de Negócios, a Companhia pretende seguir com a execução de seus investimentos, buscando desenvolver suas operações e continuar oferecendo produtos de alta qualidade com eficiência em seus processos industriais. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia objetiva, sujeito às condições de mercado, investir aproximadamente R\$ 65,0 milhões, sendo: (i) R\$ 31,6 milhões destinados ao segmento aço; e (ii) R\$ 33,4 milhões destinados ao segmento químico.

Investimento	Exercício de 2025 (em R\$ mil)
Segmento Aço	31.600
Segmento Químico	33.400
Investimento Total	65.000

ii. fontes de investimentos

A Companhia e suas Controladas vêm utilizando recursos próprios e financiamentos bancários para realização de seus investimentos.

Em setembro de 2023, a investida GPC Química assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 28,4 milhões foi recebida em outubro de 2023, recebendo a primeira parcela de R\$ 28,4 milhões em outubro de 2023 e em novembro de 2024, obteve a liberação de recursos da segunda tranche, no montante de R\$ 24,9 milhões.

Em março de 2024, a investida Apollo assinou contrato de financiamento junto à FINEP no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024, restando a segunda parcela que será desembolsada ao longo de 30 meses, conforme previsto em contrato.

A estrutura de capital consolidada e mais informações sobre fontes de financiamento para capital de giro e investimentos da Companhia podem ser verificadas através da alínea ‘b’ e alínea ‘d’ constante ao item 2.1 deste documento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia conduziu o processo de desinvestimento de ativos não operacionais através de: (i) venda dos ativos da unidade descontinuada de metanol em Benfica (RJ); e (ii) nos termos do plano de recuperação judicial, de alienações de partes do terreno de Benfica (RJ), através das quais a Companhia alienou pelo montante aproximado de R\$60 milhões entre 2019 e 2020. Adicionalmente, em 2021, a Companhia celebrou acordo comercial para alienação de partes do terreno de Benfica (RJ) pelo valor de aproximadamente R\$60 milhões, já tendo recebido R\$57,5 milhões em 2022.

Em 26 de junho de 2023, a Companhia divulgou ao mercado que concluiu a venda da última área disponível do terreno não operacional na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por valor aproximado de R\$ 11,5 milhões.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos

A administração da Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes, visando adequar e atualizar da maneira mais eficiente a sua capacidade instalada, sempre na busca pelo melhor retorno ao investimento realizado e conformidade com as exigências ambientais para atender futuras necessidades de mercado.

Durante o exercício social de 2024, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado.

c) novos produtos e serviços

A administração a Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes em diversos setores, visando adequar e atualizar a oferta de produtos e serviços de acordo com

as necessidades e oportunidades de mercado, em consonância com sua estratégia de buscar crescimento e diversificação.

Durante o exercício social de 2024, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2024, a Companhia se estruturou para atender o mercado fotovoltaico, buscando diversificar seu portfólio. Ao longo do exercício de 2024 as vendas do segmento aço destinadas a este mercado somaram aproximadamente 10% das vendas totais.

Em paralelo, a Companhia segue administrando os temas relacionados a questões ASG de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento de seus indicadores, visando a evolução constante de sua agenda.

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

A Companhia entende que as seguintes informações merecem destaque:

a) Em 24 julho de 2013, a Companhia e suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (em conjunto, as "Recuperandas") apresentaram Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de novembro de 2013 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 2013. O PRJ foi aditado, conforme deliberação dos credores em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2016 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 2016, o que foi informado ao mercado em geral e aos acionistas da Companhia através de Fato Relevante divulgado em 18 de novembro de 2016. Em 20 de dezembro de 2019, o Administrador Judicial reconheceu o cumprimento substancial e regular das obrigações estabelecidas no aditivo ao Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas. Em 04 de fevereiro de 2020 o Ministério Público apresentou parecer favorável ao encerramento do processo de recuperação judicial. Em 12 de novembro de 2020, foi disponibilizada nos autos do processo de Recuperação Judicial sentença declarando o cumprimento das obrigações previstas no PRJ e seu respectivo aditivo durante o período de inspeção judicial, de 2 (dois) anos, e declarando o encerramento do processo de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas. Em 31 de agosto de 2021, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, foi disponibilizada nos autos do referido processo certidão de trânsito em julgado da sentença de encerramento da Recuperação Judicial.

b) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de agosto de 2021, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) publicada em 14 de maio de 2021, na qual restou definido, em repercussão geral, que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, as sociedades controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. ("Controladas") tiveram seu resultado positivamente impactado (apesar de não serem parte diretamente do referido julgado), com o reconhecimento de, aproximadamente, R\$ 68,6 milhões de créditos tributários sendo, aproximadamente, R\$ 35,8 milhões de principal e R\$ 32,8 milhões de atualização monetária.

Destaca-se que o montante *supra* indicado foi contabilizado e refletido nas demonstrações financeiras das Controladas e da Companhia dos dois primeiros trimestres de 2021 e que tais créditos são principalmente compensados com débitos tributários federais, esperando-se que sejam consumidos dentro do período de um ano.

c) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química S.A. ("GPC Química") celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar determinados imóveis de sua propriedade, não explorados no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ ("Operação").

Com a concretização da Operação o montante total é de R\$ 60 milhões, de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da Operação, no qual já foram recebidos R\$ 57,5 milhões.

Adicionalmente, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 4 de maio de 2022, em referência ao Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química, após satisfazer a condição precedente estabelecida em acordo comercial celebrado, concluiu a alienação de determinados imóveis de sua propriedade para a DF3 Empreendimentos S.A., sociedade integralmente controlada por ICSTI RIO TERMINAL 1 S.A. Com isso, a Companhia conclui mais uma etapa de seu plano de monetização de ativos não operacionais.

e) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 3 de abril de 2023, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar a área de sua propriedade não explorada no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Em 26 de junho de 2023, a GPC Química concluiu a alienação no valor total de R\$ 11,5 milhões.

* * *

Anexo D

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM N.º 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022)

8.1 Remuneração dos administradores

8.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui Política de Remuneração de Administradores formalizada. A prática de remuneração dos administradores adotada pela Companhia tem como objetivos (i) alinhar os interesses dos administradores e os objetivos da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração concedida aos administradores.

- b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:**

(i) Órgãos e comitês da Companhia;

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, observado o limite global da remuneração determinado em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, observado o limite global da remuneração determinado em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros da Diretoria Estatutária são elegíveis ao recebimento de remuneração variável através do PLIP.

Diretoria Não-Estatutária

Na Data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía Diretores Não-Estatutários. Contudo, quando nomeados, os Diretores Não-Estatutários farão jus apenas a uma remuneração fixa mensal.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal e não eram elegíveis ao recebimento de benefícios e remuneração variável.

Comitês

Na Data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía Comitês instalados. Contudo, quando instalado, os membros dos Comitês farão jus apenas a uma remuneração fixa mensal.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado e os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

As remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária são definidas pelo próprio Conselho de Administração, após a aprovação da remuneração global dos administradores em Assembleia Geral.

A remuneração fixa é estabelecida com base no grau de responsabilidade do cargo ou função, nas experiências e qualificações individuais requeridas para o cargo ou função e nos valores médios adotados por sociedades que atuem no mesmo setor que a Companhia, sendo calculada em parcelas fixas mensais baseando-se em estudos de mercado. Tal estratégia tem como objetivo garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estrutura de remuneração da Companhia. Não há parâmetros fixos definidos pela Companhia para a remuneração individual, contudo, é considerada a experiência profissional, o grau de responsabilidade de cada cargo e os valores médios competitivos ao mercado de trabalho para definição da remuneração fixa.

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida no Programa de Incentivo de Longo Prazo ("PILP") com base em metas e nos resultados da Companhia. A Companhia tem como objetivo reter profissionais qualificados através de metas correlacionadas com os resultados obtidos ao longo do ano vigente, considerando, ainda, a antecipação de pagamento em determinados eventos estabelecidos no PILP. A remuneração variável prevê o pagamento de remuneração variável com base na valorização das ações da Companhia ao longo do tempo.

(iii) Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Embora a Companhia não possua uma política formal de remuneração, o alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente pela administração, sendo que as diretrizes adotadas pela Companhia em sua prática de remuneração, bem como os montantes a serem pagos, são discutidos pelo menos uma vez ao ano no Conselho de Administração, no âmbito da apreciação da proposta de remuneração da administração.

c) Composição da remuneração; indicando;

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	91%	100%	5%	-	-
Remuneração Variável	-	-	93%	-	-
Benefícios	9%	-	2%	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	95%	100%	12%	-	-
Remuneração Variável	-	-	86%	-	-
Benefícios	5%	-	2%	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	94%	100%	11%	-	-
Remuneração Variável	-	-	86%	-	-
Benefícios	6%	-	3%	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	-	-

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Remuneração fixa é determinada com base na prática de mercado, funções desempenhadas pelo administrador e dedicação ao cargo, tendo por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos administradores da Companhia, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia.

A remuneração variável tem por objetivo reter o pessoal qualificado e estimular a criação de valor de longo prazo para a Companhia pelo compartilhamento de resultados corporativos, quando e se tais resultados forem verificados.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Membros dos Comitês de apoio à administração não possuem remuneração, uma vez que já são remunerados por outras funções executivas na Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária que recebam remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos por cargos desempenhados na Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Na hipótese de ocorrência de um evento de liquidez e/ou de uma alienação de ativos relevantes da Companhia, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos lotes anuais ainda pendentes de concessão aos Beneficiários.

Nos termos do PILP (i) Evento de Liquidez significa a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (x) o encerramento, com a publicação de Aviso de Encerramento, de uma oferta pública primária de novas ações de emissão da Companhia, cujo valor total de colocação no mercado seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cento milhões de reais), ou (y) a alienação do controle societário da Companhia, conforme descrito no Formulário de Referência; e (ii) Alienação de Ativos Relevantes significa a alienação de participação acionária da Companhia em sociedades por ela controladas, desde que a referida alienação de ações represente a alienação do controle societário da sociedade investida pela Companhia.

Somente os Beneficiários que prestem serviços diretamente para a Companhia ou para a sociedade por ela controlada na qual tenha ocorrido a Alienação de Ativos Relevantes terão direito a antecipação da concessão de Ações Virtuais.

8.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício social previsto - em 31 de dezembro de 2025 - Valores Anuais (R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	3	2	4	9
N.º de membros remunerados	3	2	4	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 783.000,00	R\$ 214.000,00	R\$133.000,00	R\$ 1.130.000,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 75.000,00	R\$ 56.000,00	R\$0,00	R\$ 131.000,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-

Baseada em ações, incluindo opções	-	R\$ 3.864.613,00	-	R\$ 3.864.613,00
Total da remuneração	R\$ 858.000,00	R\$ 4.134.613,00	R\$ 133.000,00	R\$ 5.125.613,00

Exercício social corrente - em 31 de dezembro de 2024 - Valores Anuais (R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	3	2	4	9
N.º de membros remunerados	3	2	4	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 782.749,68	R\$ 203.680,44	R\$132.803,04	R\$ 1.119.233,16
Benefícios direto e indireto	R\$ 68.187,78	R\$ 50.497,88	R\$0,00	R\$ 118.685,66
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	R\$ 3.829.991,37	-	R\$ 3.829.991,37
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/ANU AL-2022- CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/AN UAL-2022- CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/AN UAL-2022- CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/ANUAL- 2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	R\$ 850.937,46	R\$ 4.084.169,69	R\$132.803,04	R\$5.067.910,19

Exercício social findo - 31 de dezembro de 2023 - Valores Anuais (R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	3,92	2	3,67	9,59
N.º de membros remunerados	3,92	2	3,67	9,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 844.794,68	R\$ 196.394,27	R\$ 121.643,85	R\$ 1.162.832,80
Benefícios direto e indireto	R\$ 64.156,80	R\$ 47.512,64	R\$ 0,00	R\$ 111.669,44
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	R\$2.006.810,98		R\$ 2.006.810,98
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	R\$ 908.951,48	R\$2.250.717,89	R\$ 121.643,85	R\$ 3.281.313,22

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 - Valores Anuais (R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	5	2	3	10
N.º de membros remunerados	5	2	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 908.839,32	R\$ 185.400,00	R\$ 99.602,28	R\$ 1.193.841,60
Benefícios direto e indireto	R\$ 59.959,68	R\$ 44.404,32	-	R\$ 104.364,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	R\$ 1.369.659,38	-	R\$ 1.369.659,38
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	R\$ 968.799,00	R\$ 1.599.463,70	R\$ 99.602,28	R\$ 2.667.864,98

8.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nr. total de membros i	3	2	4	9
Nr. de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$0,00	-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	N/A	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 3.864.613,00	-	
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável realizado para o exercício social corrente (2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nr. total de membros i	3	2	4	9
Nr. de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$0,00	-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	N/A	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 3.829.991,37	-	
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável realizada para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nr. total de membros i	3,92	2	3,67	9,59
Nr. de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$0,00	-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	N/A	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 2.006.810,98	-	
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável realizada para o exercício social corrente (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nr. total de membros i	5	2	3	10
Nr. de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$0,00	-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	N/A	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.369.659,38	-	
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

8.4. Plano de Remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) termos e condições gerais

Em 4 de janeiro de 2021, o PILP foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia e, em 28 de abril de 2021, foi aprovado pela assembleia geral.

O PILP estabelece as condições para a concessão pela Companhia de incentivos financeiros vinculados à valorização das ações de emissão da Companhia ("Ações Virtuais") a determinados diretores,

colaboradores, empregados e/ou funcionários da Companhia, suas subsidiárias, coligadas e controladas ("Beneficiários"). A concessão das Ações Virtuais far-se-á por meio de Termos de Adesão a serem celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, que fixarão os termos e as condições de concessões ("Termo de Adesão").

A concessão das Ações Virtuais não confere, sob qualquer hipótese, aos Beneficiários o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente.

Nenhuma disposição do PILP ou do Termo de Adesão confere a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como diretor e/ou empregado da Companhia, nem interfere, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do diretor.

b) Data de aprovação e órgão responsável

Em 4 de janeiro de 2021, o PILP foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia e, em 28 de abril de 2021, foi aprovado pela assembleia geral.

c) número máximo de ações abrangidas

O PILP não estabelece qualquer limite para a outorga de Ações Virtuais aos Beneficiários, visto que as Ações Virtuais não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial a titularidade, o direito de voto ou outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável tendo em vista que o PILP é um plano de Ações Virtuais que não efetua a outorga de opções e, consequentemente, nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

e) condições de aquisição de ações

O PILP prevê que o direito do Beneficiário de efetivamente receber as Ações Virtuais e o consequente incentivo financeiro será sempre condicionado ao Beneficiário permanecer como empregado, prestador de serviços ou administrador da Companhia durante todo o Prazo de Carência de cada Lote Anual, estabelecido no Termo de Adesão, e na data prevista para o efetivo pagamento do Incentivo Financeiro. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O PILP prevê que a concessão das Ações Virtuais aos Beneficiários será não onerosa e ocorrerá após o término do Prazo de Carência de cada Lote Anual.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável.

h) forma de liquidação

Após o término do Prazo de Carência de cada Lote Anual estabelecido em cada um dos Termos de Adesão, a Companhia realizará o pagamento do incentivo financeiro em dinheiro ao Beneficiário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do término do Prazo de Carência.

O incentivo financeiro corresponderá ao valor equivalente à diferença entre o Preço de Mercado e o Valor de Referência por ação, multiplicada pela quantidade de Ações Virtuais concedidas ao Beneficiário nos termos do respectivo Termos de Adesão.

O Valor do Preço de Mercado será a média ponderada das cotações das ações da Companhia no fechamento dos 90 pregões imediatamente anteriores ao término do Prazo de Carência. O Valor de Referência será determinado em cada Termo de Adesão pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, sempre no melhor interesse da Companhia e dos seus acionistas.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito ao recebimento do incentivo financeiro nos termos do PILP será automaticamente extinto, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Termo de Adesão; (ii) em razão do descumprimento de qualquer condição estabelecida pelo Conselho de Administração e prevista no Termo de Adesão; (iii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (iv) nas hipóteses de desligamento descritas no item abaixo.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em casos de desligamento por iniciativa dos Beneficiários (e.g., pedido de demissão, recusa em recondução ao cargo ou renúncia) ou desligamento por iniciativa da Companhia por justo motivo, durante o Prazo de Carência, o Beneficiário perde automaticamente o direito à todas as Ações Virtuais e ao correspondente incentivo financeiro, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia, por não recondução ao cargo, destituição do cargo ou rescisão do contrato de trabalho sem justo motivo ou em caso de invalidez permanente ou falecimento do Beneficiário durante o Prazo de Carência, o Beneficiário ou seus sucessores, conforme o caso, terão direito a 50% das Ações Virtuais e do respectivo incentivo financeiro referentes aos lotes anuais cujo prazo de carência ainda não tenha se encerrado.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão mais bem atendidos dessa forma, estabelecer regras específicas e diferenciadas, em caso de rescisão, falecimento, invalidez ou aposentadoria dos Beneficiários.

8.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício previsto para encerrar em 31/12/2025:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	-	-
Perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	N/A

Exercício previsto para encerrado em 31/12/2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	-	-
Perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	-	-
Perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	-

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	-	-
Perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	-

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções previstas para serem outorgadas aos Diretores estatutários em 2025:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

8.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2024

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2024

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
--	---	---

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2023

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia possui PILP através do qual outorga Ações Virtuais para os Beneficiários. As Ações Virtuais outorgadas são entregues através do pagamento de incentivo financeiro vinculado à valorização das ações de emissão da Companhia, e o PILP não confere aos Beneficiários, sob qualquer hipótese, o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente. Maiores informações sobre o PILP foram descritas na seção 8.4 deste Formulário de Referência.

Considerando que não há a entrega efetiva de ações da Companhia no PILP, não há diluição potencial em caso de outorga de todas as Ações Virtuais aos Beneficiários.

As informações sobre as Ações Virtuais outorgadas no âmbito do PILP são indicadas abaixo:

Exercício social previsto a ser encerrado em 31/12/2025:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

8.10. Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais:

A Companhia possui PILP através do qual outorga Ações Virtuais para os Beneficiários. As Ações Virtuais outorgadas são entregues através do pagamento de incentivo financeiro vinculado à valorização das ações de emissão da Companhia, e o PILP não confere aos Beneficiários, sob qualquer hipótese, o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente. Maiores informações sobre o PILP foram descritas na seção 8.4 deste Formulário de Referência.

As informações sobre as Ações Virtuais outorgadas no âmbito do PILP são indicadas abaixo:

Outorgas previstas para o exercício social corrente em 31/12/2025:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	173.925
Prazo máximo para entrega das ações **	-	04/02/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.245.303

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais previstas para outorga.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 31/12/2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	144.937
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.037.749

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais previstas para outorga.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 31/12/2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	115.950
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	830.202

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais previstas para outorga.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 31/12/2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	86.963
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	622.652

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios

A Companhia possui PILP através do qual outorga Ações Virtuais para os Beneficiários. As Ações Virtuais outorgadas são entregues através do pagamento de incentivo financeiro vinculado à valorização das ações de emissão da Companhia, e o PILP não confere aos Beneficiários, sob qualquer hipótese, o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente. Maiores informações sobre o PILP foram descritas na seção 8.4 deste Formulário de Referência.

As informações sobre as Ações Virtuais outorgadas no âmbito do PILP são indicadas abaixo:

Ações entregues em 2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Quantidade de ações*	-	144.937
Preço médio ponderado de aquisição**	R\$-	R\$7,16
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$-	R\$26,07
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$ 2.740.768,13

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.

** Foi considerado o valor de face unitário inicial de cada Ação Virtual, determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga das Ações Virtuais aos Beneficiários. No entanto, a outorga de Ações Virtuais aos Beneficiários é gratuita. A cotação da ação foi multiplicada por 3 para recompor o desdobramento de ações.

Obs: valores referentes ao pagamento de 2023 foram provisionados nos exercícios de 2023 e de 2024

Ações entregues em 2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Quantidade de ações*	-	115.950
Preço médio ponderado de aquisição**	R\$ -	R\$ 7,16
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ -	R\$ 33,86
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$ 3.096.034,22

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.

** Foi considerado o valor de face unitário inicial de cada Ação Virtual, determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga das Ações Virtuais aos Beneficiários. No entanto, a outorga de Ações Virtuais aos Beneficiários é gratuita. A cotação da ação foi multiplicada por 3 para recompor o desdobramento de ações.

Obs: valores referentes ao pagamento de 2023 foram provisionados nos exercícios de 2023 e de 2024.

Ações entregues em 2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Quantidade de ações*	-	86.963
Preço médio ponderado de aquisição**	R\$ -	R\$7,16
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ -	R\$22,91
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$ 1.369.659

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.

** Foi considerado o valor de face unitário inicial de cada Ação Virtual, determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga das Ações Virtuais aos Beneficiários. No entanto, a outorga de Ações Virtuais aos Beneficiários é gratuita. A cotação da ação foi multiplicada por 3 para recompor o desdobramento de ações.

8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

O PILP prevê que a concessão das Ações Virtuais aos Beneficiários será realizada a título não oneroso em cinco lotes anuais, sendo certo que nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas, e observará os termos e condições do PILP, em especial Prazo de Carência.

Dessa forma, uma vez encerrados os Prazos de Carência de cada lote anual, a Companhia pagará o Incentivo Financeiro ao Beneficiário no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do término do respectivo Prazo de Carência.

Para fins do cálculo do Incentivo Financeiro, (i) o Valor do Preço de Mercado será a média ponderada das cotações das ações da Companhia no fechamento dos 90 pregões imediatamente anteriores ao término do Prazo de Carência; e (ii) o Valor de Referência será determinado em cada Termo de Adesão pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, sempre no melhor interesse da Companhia e dos seus acionistas.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Ano	Prazo de vida da Parcela (em dias)	Volatilidade diária esperada no valor da ação (%)	Taxa de juros livre de riscos (% a.a.)	Preço médio ponderado da ação	Preço de exercício	Valor de despesa a apropriar durante a vigência (R\$ mil)
2023	365	4,61%	13,75%	33,86	7,16	3.096
2024	365	2,47%	11,75%	26,07	7,16	2.741
2025	365	2,13%	12,25%	29,38	7,16	3.865

* Valores de preço da ação demonstrados no quadro acima não consideram o desdobramento de ações de proporção 1:3 ocorrido em ago/21.

** Valores de preço da ação referentes às ações ordinárias (DEXP3) de emissão da Companhia.

Obs: valores referentes ao pagamento de 2023 foram provisionados nos exercícios de 2023 e de 2024.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Na hipótese de ocorrência (i) (a) de um encerramento, com a publicação de Aviso de Encerramento, de uma oferta pública primária de novas ações de emissão da Companhia, cujo valor total de colocação no mercado seja igual ou superior a R\$100.000.000,00, ou (b) a alienação do controle societário da Companhia ("Evento de Liquidez"); e/ou (ii) de uma alienação de participação acionária da Companhia em sociedades por ela controladas, desde que a referida alienação de ações represente a alienação do controle societário da sociedade investida pela Companhia ("Alienação de Ativos Relevantes"), a concessão de Ações Virtuais será antecipada da seguinte forma:

(i) na ocorrência de um primeiro Evento de Liquidez ou de uma primeira Alienação de Ativos Relevantes, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos Lotes Anuais ainda pendentes de concessão ao Beneficiário; e

(ii) na ocorrência de novo Evento de Liquidez ou de nova Alienação de Ativos Relevantes, após o Evento de Liquidez ou da Alienação de Ativos Relevantes referidos no item (i) acima, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos Lotes Anuais ainda pendentes de concessão ao Beneficiário.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez ou de uma Alienação de Ativos Relevantes, o Preço de Mercado aplicável aos Lotes Anuais antecipados será o valor por ação da Companhia apurado com base na média ponderada da cotação das ações ordinárias da Companhia, no fechamento dos 15 (quinze) pregões imediatamente anteriores e 15 (quinze) pregões imediatamente posteriores à data do anúncio ao mercado pela Companhia da operação que resultou na Alienação de Ativos Relevantes ou da ocorrência do Evento de Liquidez, conforme o caso.

No caso de um Evento de Liquidez ou de uma Alienação de Ativos Relevantes, o pagamento do Incentivo Financeiro referente às Ações Virtuais antecipadas será realizado em até 30 dias, contados da data do fechamento ou liquidação do Evento de Liquidez ou do aviso ao mercado pela Companhia a respeito da operação que resultou na Alienação de Ativos Relevantes.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A projeção do PILP não determina a volatilidade esperada. Ademais, o Conselho de Administração e/ou o Comitê não poderão garantir, sob qualquer hipótese, um ganho mínimo aos Beneficiários. Na hipótese de o cálculo da diferença entre o Preço de Mercado e o Valor de Referência resultar em um valor negativo, nenhum valor será devido ao Beneficiário a título de Incentivo Financeiro.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outra característica incorporada. Todas as características importantes do PILP estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2024	Companhia Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social total
Administradores	Companhia	Ações Ordinárias e Preferências	0	0,000%
Conselho Fiscal	Companhia	Ações Ordinárias e Preferências	0	0,000%
Total	-	-	0	0,000%

8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não confere plano de previdência privada aos membros de seu conselho de administração e aos seus diretores estatutários.

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

R\$	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº total de membros	2	2	2	3	3,92	5	4	3,67	3
Nº de membros remunerados	2	2	2	3	3,5	4	4	3,67	3
Maior remuneração anual	R\$ 203.680,44	R\$ 196.394,28	R\$ 185.400,00	R\$ 362.749,68	R\$ 362.749,68	R\$ 362.749,68	R\$ 33.200,76	R\$ 33.200,76	R\$ 33.200,76
Menor remuneração anual	R\$ 203.680,44	R\$ 185.400,00	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 126.089,64	R\$ 126.089,64	R\$ 33.200,76	R\$ 33.200,76	R\$ 33.200,76
Remuneração anual média	R\$ 203.680,44	R\$ 190.897,20	R\$ 183.150,00	R\$ 260.916,56	R\$ 227.209,80	R\$ 227.209,80	R\$ 33.200,76	R\$ 33.200,76	R\$ 33.200,76

8.16. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos preestabelecidos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Conforme descrito no item 7.7 do Formulário de Referência, a Companhia mantém um seguro D&O para seus administradores, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas pelos mesmos, no melhor interesse da Companhia.

8.17. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

ÓRGÃO	2025 (previsão)	2024	2023	2022
Conselho de Administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-

8.18. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que os administradores não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária o conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando que a título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não foram reconhecidas remunerações recebidas por administradores e membros do conselho fiscal em função do exercício do cargo no emissor.

Remuneração prevista em função do exercício do cargo desempenhado em controladas

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 1.934.674,52	R\$ 2.031.038,70	—	R\$ 3.965.713,22
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

Remuneração recebida em função do exercício do cargo desempenhado em controladas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 1.934.674,52	R\$ 1.966.643,28	—	R\$ 3.901.317,80
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 3.169.874,48	R\$ 1.884.386,36	—	R\$ 5.054.260,84
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 3.717.445,22	R\$ 2.330.053,39	—	R\$ 6.047.498,61
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

8.20. Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

* * *